

PODER LEGISLATIVO

Resenha Parlamentar

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 16 a 20 de novembro, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

Na Câmara dos Deputados

REDAÇÕES FINAIS

Com parecer contrário à emenda apresentada, foi a imprimir a redação final do projeto que cria Coletorias Federais, e dá outras providências (D.C. 17-11, página 4245). Aprovada a redação final; vai ao Senado (D.C. 20-11, pág. 4555).

Aprovadas as seguintes redações finais: dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guardas que especifica; concede isenção de direitos de importação para materiais destinados à instalação de uma fábrica de caldeiras e outros artigos da firma Heraud Frères; estende à União Postal Telegráfica do Ceará os benefícios da Lei n.º 1.134, de 1950; denomina Rodovia General José Artigas parte da nova rodovia internacional que liga o Brasil com o Uruguai; e dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e o exercício profissional. O primeiro projeto vai à sanção e os demais ao Senado Federal (D.C. 17-11, pág. 4250).

Aprovadas as seguintes redações finais: assegura o financiamento, a longo prazo, de serviços públicos municipais; autoriza a abertura de crédito especial destinado à fabricação de submetralhadoras Madsen M 46, calibre 45; dispõe sobre o Tribunal Marítimo; dispõe sobre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais tripulantes da Marinha Mercante Nacional que, no período mencionado, tenham sofrido ato de agressão no mar; aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Leontino de Souza Rolim; estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da promoção ao posto de 2.º tenente; cria uma Contadoria Seccional junto à E.F. Mossoró-Souza, RN; autoriza a abertura de crédito suplementar para pagamento da gratificação adicional ao médico Edmundo Bruzzi; e idem especial destinado a ocorrer ao pagamento de contribuição do Brasil para o Programa Ampliado de Assistência Técnica da O.N.U. (D.C. 18-11, pág. 4323).

Publicadas as seguintes redações finais: concede isenção de direitos de importação para estimular as sociedades brasileiras que se dedicarem à indústria de fabricação de alumínio; autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas com o pagamento de gratificação de magistério à professora Danúzia de Menezes Brandão Alves; concede auxílios às Prefeituras de Santo André, Jau, Teófilo Ottoni e Leopoldina; concede isenção de direitos de importação para a aparelhagem destinada à montagem de uma fábrica para pulverização de leite, a ser importada pela C.C.P.L.; concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal (D.C. 19-11, pág. 4489). A primeira e as duas últimas redações finais foram aprovadas, sendo que a primeira vai à sanção e as outras ao Senado (D.C. 21-11, pág. 4610).

Publicadas as seguintes redações finais: dispõe sobre a organização da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, e dá outras providências; idem sobre a execução de decretos-leis que concedem vantagens aos militares da F.E.B.; autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de gratificações de magistério devidas a protes-

sões do Ministério da Educação e Cultura; e dispõe sobre os recursos financeiros para o SAPS e o SAMDU (D.C. 21-11, pág. 4600).

PROJETOS REJEITADOS E ARQUIVADOS

Arquivados os seguintes projetos: autoriza o Poder Executivo a dotar a Prefeitura de Ribeirão Preto, SP, de meios para a criação de um Museu do Café; e transfere para o IPASE a filiação das costureiras da Intendência da Guerra (D.C. 17-11, pág. 4258).

Na sessão de 17 de novembro, foram rejeitados os seguintes projetos: autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do M.F. para servirem nas Procuradorias Fiscais; autoriza a Divisão de Águas (D.N.P.M.) do M.Agr. a auxiliar o Município de Itambacuri, MG, para execução dos serviços de força e luz; cria Coletorias Federais nos Estados de MG e Rio G.S.; fixa em 2% sobre a arrecadação do imposto de consumo a percentagem que será repartida em partes iguais entre todos os fiscais do imposto de consumo; estende os benefícios dos artigos 23 e 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos inspetores de ensino federais dispensados de suas funções por exercerem outro cargo público; cria curso obrigatório, denominado "Mãe", para moças maiores de 15 anos e menores de 20 anos de idade; releva a prescrição em que incorreu o direito de Lucila Calero de Carvalho Lopes, a fim de pleitear benefícios a que se julga com direito; e autoriza a concessão de auxílio ao Gabinete de Leitura Rui Barbosa, de SP, para ampliação de sua sede (D.C. 18-11, págs. 4345-47).

ABONO DE EMERGÊNCIA

O Deputado Benjamin Farah apresentou projeto que torna extensivo o abono de emergência aos servidores da COFAP e abre o crédito especial necessário ao pagamento da despesa (D.C. 17-11, pág. 4248).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dá nova redação ao art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18-12-52, que concedeu abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios (D.C. 18-11, pág. 4289).

O Deputado José Bonifácio apresentou projeto que estende ao pessoal da Rêde Mineira de Viação o abono de emergência de que trata a Lei n.º 1765, de 1952 (D.C. 21-11, pág. 4604).

ABONO DE NATAL

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que concede abono de Natal aos Servidores da União (D.C. 19-11, pág. 4478).

ACIDENTES DO TRABALHO

Publicado o parecer do Deputado Campos Vergal ao projeto que altera legislação sobre acidentes do trabalho (D.C. 20-11, pág. 4517).

Lida na sessão noturna de 20 de novembro uma apresentação do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio sobre projetos de lei que modificam a legislação relativa a acidentes do trabalho (D.C. 21-11, pág. 4621).

AUTONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Chega à Câmara o projeto do Senado Federal que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais transitórias com o fim de conceder autonomia ao D.F. (D.C. 19-11, pag. 4490).

AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que concede auxílio financeiro ao Município de Crato, Ceará, para a construção, no centenário da cidade, do monumento comemorativo de suas tradições cívicas (D.C. 17-11, página 4244). Aprovado em primeira discussão (D.C. 19-11, pag. 4500).

Os deputados Fernando Ferrari e Joaquim Ramos apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: inclui a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Pelotas, RS, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Poder Público Federal; e concede auxílio financeiro ao Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, danificado por temporais (D.C. 17-11, pag. 4248).

Com pareceres, foram a imprimir os seguintes projetos: dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.493, de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções; autoriza abertura de crédito especial para auxiliar a realização da exposição estadual do trigo, a ter lugar em Pato Branco, PA; idem para atender a qualquer despesa com a realização do 1.º Congresso Nacional de Professores Primários que se realizará em Salvador; idem ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, para a realização em Recife do II Congresso Brasileiro de História da Medicina; idem para a construção de um Teatro Municipal na cidade de Sorocaba; SP; concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, SP, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal; e autoriza abertura de crédito especial para auxiliar as comemorações do primeiro centenário da cidade de Caçapava, SP (D.C. 18-11, págs. 4280, 81, 82, 83 e 85). O primeiro projeto foi aprovado com emendas (D.C. 21-11, página 4644).

O Deputado Saturnino Braga apresentou projeto que concede auxílio financeiro à Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio destinado à construção do hospital da referida Associação (D.C. 18-11, pag. 4316).

Aprovados em primeira discussão os projetos que concedem a inclusão na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal dos seguintes estabelecimentos de ensino: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, SP; Escola de Engenharia e Faculdade de Arquitetura do Instituto Mackenzie, SP; e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Bento, SP (D.C. 18-11, pag. 4328). Este último projeto também foi aprovado em segunda discussão (D.C. 19-11, pag. 4500).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que concede auxílio financeiro ao II Congresso Sul-Americano de Angiologia, a realizar-se em São Paulo (D.C. 18-11, pag. 4344).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que concede auxílio financeiro à Associação Brasileira de Leprologia, para se fazer representar no 6.º Congresso Internacional de Leprologia, a realizar-se em Madrid (D.C. 20-11, página 4322). Idem o que é destinado a subvencionar o VI Congresso Brasileiro de Veterinária (pag. 4525).

Encerrada a primeira discussão dos seguintes projetos que concedem auxílios financeiros para comemoração da fundação do Município de Triunfo; e para serviços de abastecimento de água no Polígono das Sêcas (D.C. 21-11 págs. 4633-39).

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Iniciada a votação do projeto que altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União, e dos Territórios. O líder da maioria apresentou requerimento de preferência para a proposição inicial do P.E. O projeto foi a imprimir em virtude de ter a Co-

missão de Finanças apresentado subemenda à Emenda n.º 1 (D.C. 17-11, pag. 4250). Aprovado em primeira discussão com emendas (D.C. 18-11, pag. 4323). Publicada a redação para segunda discussão (D.C. 20-11, página 4563).

CARREIRAS E CARGOS

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que transfere do Q.S. para o Q.P. do M.G. o atual cargo isolado, padrão K, de Chefe de Oficinas da Imprensa Militar (D.C. 18-11, pag. 4278).

CONTRATOS PÚBLICOS

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que mantém a decisão do T.C. que negou registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Sr. Cláudio de Sá e Silva (D.C. 18-11, pag. 4344).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que adita dispositivos à Lei n.º 860, de 1949, que dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rêde de Viação Férrea do R.G.S. (D.C. 19-11, pag. 4479). Encerrada a primeira discussão (D.C. 21-11, pag. 4649).

DESPESAS COM PESSOAL

Com pareceres, foram a imprimir os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de salários devidos ao Engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca, Administrador da E.F. Mossoró-Souza; e idem para pagamento de diferença de gratificação de magistério a que tem direito o Prof. Catedrático Luis Carvalho Araújo, da Escola Nacional de Agronomia da U.R. (D.C. 18-11, págs. 4286-91).

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de gratificações de magistério devidas a professores do M.E.C. (D.C. 18-11, pag. 4347).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento de gratificação de magistério a professores civis do Magistério Militar (D.C. 21-11, pag. 4625).

Encerrada a segunda discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de gratificação de um magistério a professores do M.E.C. (D.C. 21-11, pag. 4639).

DIVERSAS DESPESAS

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de aluguel à Empresa "A Noite" (D.C. 18-11, pag. 4290).

Aprovado o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar destinado aos serviços da Divisão do Imposto de Renda e Delegacias (D.C. 18-11, pag. 4345).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que autoriza a abertura de crédito especial destinado às despesas com o funcionamento da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico (D.C. 19-11, pag. 4478).

Com pareceres às emendas de 1.ª discussão, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à 36.ª Sessão da Conferência Internaional do Trabalho (D.C. 20-11, pag. 4523).

Foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da CEPAL (D.C. 21-11, pag. 4536).

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto que autoriza abertura de crédito especial para auxiliar a realização do XXXI Congresso Eucarístico Internacional (D.C. 21-11, pag. 4634).

Encerrada a segunda discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas decorrentes da visita do Presidente da Nicarágua ao Brasil (D.C. 21-11, pag. 4638).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Aprovado e enviado à Comissão de Redação, o projeto que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio (D.C. 17-11, pág. 4252).

O Deputado Campos Vergal apresentou projeto que modifica dispositivo da Lei n.º 1.821, de 1953, que dispõe sobre matrícula em curso superior (D.C. 20-11, página 4537).

Com parecer, foi a imprimir o projeto que permite a prestação de exames de 2.ª época, fora dos prazos estipulados pela legislação vigente, aos alunos do último ano das Escolas Superiores localizadas na Capital do Estado de São Paulo (D.C. 21-11, pág. 4594).

ENERGIA ELÉTRICA

O Deputado Dilermando Cruz apresentou os seguintes projetos: inclui a barragem de Chapéu d'Uvas no rio Paraibuna entre as obras necessárias e de urgência para solução da escassez de energia elétrica na Capital da República; e dispõe sobre a instalação de grupos de geradores elétricos nas zonas industriais do Rio de Janeiro e São Paulo (D.C. 21-11, pág. 4629).

EX-COMBATENTES

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que dispõe sobre a execução dos decretos-leis que concedem vantagens aos militares da F.E.B. (D.C. 18-11, pág. 4344).

Publicada a redação para 2.ª discussão do projeto que estende aos técnicos diplomados pela Escola de Educação Física e Desportos da U.B. as regalias de licenciados em educação física, na parte referente ao exercício profissional (D.C. 20-11, pág. 4536).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O Deputado Ulisses Guimarães apresentou projeto que regulamenta o exercício da profissão de técnico de propaganda e dá outras providências (D.C. 19-11, pág. 4490).

Encerrada a discussão dos projetos que: dispõe sobre a profissão de Atuário e dá outras providências; e dispõe sobre os securitários considerados autônomos. Em virtude de emendas, voltam às comissões (D.C. 21-11, pág. 4639).

EXPORTAÇÃO

Chega à Câmara o projeto do Senado que proíbe, por dois anos, a exportação de arroz (D.C. 21-11, página 4627).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar em reforço da verba destinada ao pagamento de Reposições e Restituições (D.C. 18-11, pág. 4344).

O Deputado Brígido Tinoco apresentou projeto que dispõe sobre a redução de tributo sobre pedras para isqueiros (D.C. 19-11, pág. 4492).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que equipara as tarifas alfandegárias do arame de alumínio às do ferro galvanizado (D.C. 20-11, pág. 4535).

Também foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto que retifica o Orçamento de 1953, anexo do M.J.N.I. (D.C. 20-11, pág. 4536).

Encerrada a discussão do projeto que autoriza abertura de crédito suplementar em reforço de dotação destinada aos serviços da Divisão do Imposto de Renda (D.C. 21-11, pág. 4639).

IMPÔSTO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Iniciada a votação, com a aprovação de algumas emendas, do projeto que dispõe sobre a distribuição e aplicação das cotas do imposto único, sobre energia elétrica

pertencentes aos Estados, D.F. e Municípios (D.C. 17-11, pág. 4253). Aprovado e enviado à Comissão de Redação (D.C. 18-11, pág. 4327).

IMPÔSTO DE RENDA

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto que dispõe sobre a tributação excepcional do imposto de renda (D.C. 21-11, pág. 4603).

Vai a imprimir o projeto que altera a legislação do imposto de renda (D.C. 21-11, pág. 4649).

INDENIZAÇÕES

Encerrada a segunda discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de indenização devida às firmas que especifica (D.C. 21-11, pág. 4639).

INQUÉRITO PARLAMENTAR SOBRE "ÚLTIMA HORA"

Com projeto de resolução, foi a imprimir o relatório e conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as transações realizadas pelo Banco do Brasil e as Empresas "Érica S.A.", "Editôra Última Hora" e "Rádio Clube do Brasil" (D.C. 18-11, pág. 4292).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Foi a imprimir o projeto da Comissão de Finanças que prorroga até 31 de dezembro de 1955 os termos da Lei n.º 1.685, de 1952, que dispõe sobre a isenção de direitos de importação para o cimento (D.C. 19-11, pág. 4479).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que dispõem sobre o pagamento de férias (D.C. 18-11, pág. 4345).

O Deputado Brígido Tinoco apresentou projeto que dispõe sobre a relação de emprego e remuneração mínima dos trabalhadores em estabelecimentos hípicas e dá outras providências (D.C. 19-11, pág. 4490).

O Deputado Muniz Falcão apresentou projeto que regula o horário de funcionamento dos estabelecimentos de diversões públicas e clubes esportivos em geral (D.C. 20-11, pág. 4537).

Com pareceres, foram a imprimir os projetos que: dá nova redação ao artigo 492, da Consolidação das Leis do Trabalho; e dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes em prédios de apartamentos (D.C. 21-11, págs. 4622-27).

MONTEPIO MILITAR

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera a tabela de meio-soldo dos oficiais das Forças Armadas (D.C. 18-11, pág. 4275).

ORÇAMENTO PARA 1954

Com parecer da Comissão de Finanças, foram a imprimir as emendas do Senado Federal aos Anexos ns. 5 — Departamento Administrativo do Serviço Público, e 20 — Ministério da Guerra (D.C. 18-11, págs. 4291-92).

Concluída a votação das emendas do Senado aos Anexos n.º 5 — Departamento Administrativo do Serviço Público e iniciada a das emendas ao Anexo n.º 20, Ministério da Guerra (D.C. 20-11, pág. 4555).

Foi a imprimir o parecer às emendas do Senado ao Anexo n.º 24 — M.T.I.C. (D.C. 20-11, pág. 4563). Iniciada a votação das emendas (D.C. 21-11, pág. 4610).

Foram a imprimir, com parecer, as emendas do Senado ao Anexo n.º 16 — M.Aer. (D.C. 21-11, pág. 4597).

Foi a imprimir, com parecer às emendas do Senado, o Anexo n.º 9 — Comissão do Vale do São Francisco (D.C. 21-11, pag. 4619).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Com pareceres, foram a imprimir os seguintes projetos: cria o Banco Nacional da Produção e dá outras providências; e cria Coletorias Federais nos Municípios de Piratuba, SC, Andará, PA e Simonésia, MG (D.C. 18-11, págs. 4276 e 4284).

Aprovado em primeira discussão o projeto que cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, Santa Catarina (D.C. 18-11, pag. 4446).

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto que cria o Serviço Médico Rural, com dotação oriunda do impôsto sobre a renda (D.C. 19-11, página 4477).

O deputado Lauro Cruz apresentou projeto que cria o I.A.P.P.E.P., e dá outras providências (D.C. 19-11, pag. 4491).

O deputado Galeno Paranhos apresentou projeto que cria, no M.E.C., o Serviço de Difusão Artística e Cultural (D.C. 20-11, pag. 4537).

Chega à Câmara o projeto do P.E. que cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências (D.C. 21-11, pag. 4595).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que cria Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco (D.C. 21-11, pag. 4647).

PATRULHA COSTEIRA

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto que institui a Patrulha Costeira (D.C. 18-11, pag. 4345).

PESSOAL CIVIL

O deputado Vasco Filho apresentou projeto que dispõe sobre o retorno à atividade de servidores aposentados por contarem mais de trinta anos de serviço público (D.C. 18-11, pag. 4316).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que assegura aos funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal os mesmos vencimentos, direitos e vantagens assegurados aos funcionários das Secretarias do Poder Legislativo (D.C. 18-11, pag. 4343).

Publicado um parecer ao projeto que concede uma gratificação para cada um dos oficiais de registro civil em todo o país (D.C. 19-11, pag. 4471).

Com pareceres, foram a imprimir os projetos que: revigora por 90 dias o prazo estabelecido no art. 1.º da Lei n.º 171, de 1947, que regularizou a situação dos reformados e aposentados pelo artigo 177 da Carta Constitucional de 1937; e manda estender o artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos casos de perda do cargo efetivo por desacomulação resultante do Decreto n.º 19.576, de 1931 (D.C. 20-11, pag. 4519).

Os deputados Tarso Dutra e Manhães Barreto apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: estende o disposto na Lei n.º 1.721, de 1952, que dispõe sobre as carreiras de contínuos e serventes do serviço público federal, ao pessoal das Caixas Econômicas; e incluídos auxiliares de ensino do Colégio Pedro II na classificação do § 2.º do art. 15 da Lei n.º 488, de 1948 (D.C. 21-11, pag. 4639).

PESSOAL MILITAR

Com pareceres, foram a imprimir os seguintes projetos: revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 1953, que supprime postos do Quadro de Músicos da Polícia Militar do D.F.; assegura reengajamento aos atuais sargentos do Exército Brasileiro que participaram de operações de Guerra na Itália; e estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos C.P.O.R., vitimados por acidentes na instrução e no serviço (D.C. 18-11, págs. 4285, 86

e 87). O último projeto foi aprovado em primeira discussão (D.C. 21-11, pag. 4644).

O deputado Breno da Silveira apresentou projeto que regula a permanência dos suboficiais e sargentos especialistas nas Forças Armadas (D.C. 18-11, pag. 4314).

PLANO DE APROVEITAMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Aprovado em primeira discussão, com substitutivo e emendas, o projeto que dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco (D.C. 18-11, pag. 4330).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a situação de segurados obrigatórios do IPASE (D.C. 18-11, pag. 4279).

Encaminhada à Comissão Especial a emenda do Senado ao projeto que concede pensão especial à viúva de Aureliano Silveira, ex-agente fiscal do impôsto de consumo (D.C. 20-11, pag. 4523).

Publicados os seguintes: emenda do Senado ao projeto que releva a prescrição em que incorreu o direito dos herdeiros de Manuel Pio Correia à percepção do respectivo montepio; e assegura aos funcionários aposentados por Caxas ou Institutos proventos a que fizeram jus por haverem preenchido as exigências legais (D.C. 21-11, páginas 4585-87).

Com pareceres, foram a imprimir: a emenda do Senado ao projeto que concede pensão especial mensal à viúva e filhas solteiras do professor Arduíno Fontes Vilar; o projeto que concede dispensa do período de carência aos associados dos IAP e CAP, atacados de tuberculose, para obtenção do auxílio-enfermidade (D.C. 21-11, pag. 4623).

O deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que destina o produto do ágio dos leilões de cambiais ao pagamento das dívidas da União para com os Institutos de Previdência (D.C. 21-11, pag. 4629).

Encerrada a segunda discussão do projeto que concede pensão especial a Oda Brazibel de Queiroz (D.C. 21-11, pag. 4639).

PROJETO 1.082

Com parecer da Comissão de Serviço Público Civil, foi a imprimir o projeto que altera carreiras dos Quadros Permanente e Especial do M.E.S. (D.C. 17-11, página 4228).

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA

Encerrada a segunda discussão do projeto que reforma o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Volta à Mesa com emendas (D.C. 21-11, pag. 4635).

SALÁRIO MÍNIMO DOS MÉDICOS

Em virtude das emendas apresentadas, volta às comissões o projeto que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências (D.C. 18-11, página 4344).

SAÚDE PÚBLICA

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado à realização de estudos e medidas de combate à leishmaniose visceral (D.C. 18-11, pag. 4446). Aprovado também em segunda discussão (D.C. 21-11, pag. 4647).

Encaminhada à Comissão Especial a emenda do Senado ao projeto que modifica legislação que considera insalubre a zona de Barra Bonita, SP (D.C. 21-11, página 4585).

SEGURO AGRÁRIO

Aprovado, em discussão única, o substitutivo da Comissão de Economia ao projeto do Senado que estabelece normas para a instituição do seguro agrário (D.C. 17-11, pag. 4252).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas com o aterro de área pertencente à Marinha na Avenida Brasil (D.C. 18-11, pág. 4281).

Foram a imprimir os seguintes projetos: autoriza o P.E. a instalar uma linha telefônica ligando agências postais situadas no município de Caruaru, Pernambuco; autoriza abertura de crédito especial para reconstrução do edifício dos Correios e Telégrafos de São José do Rio Preto, SP; idem para construir uma agência postal-telegráfica na cidade de Santo Anastácio (D.C. 21-11, pág. 4585-87-95).

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial para ocorrer às despesas com a construção, instalação e equipamento do Hospital da 4.^a Zona Aérea, São Paulo (D.C. 21-11, pág. 4603).

O deputado Rondon Pacheco apresentou projeto que autoriza o P.E. a construir uma ponte sobre o rio Corumbá, entre os municípios de Corumbá e Buriti Alegre (D.C. 21-11, pág. 4629).

Encerrada a segunda discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para construção do edifício do D.C.T. em Manaus (D.C. 21-11, pág. 4639).

OUTROS PROJETOS

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que altera o Código de Processo Civil na parte referente ao benefício da justiça gratuita e dá outras providências (D.C. 18-11, pág. 4275).

O deputado João Agripino apresentou projeto que prorroga por mais dois anos a validade dos concursos realizados na Câmara dos Deputados em janeiro de 1951 (D.C. 18-11, pág. 4314).

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza a abertura de crédito especial, para a construção em Pernambuco de um monumento a Agamemnon Magalhães (D.C. 18-11, pág. 4442).

Em discussão única, foram aprovadas as emendas do Senado aos projetos que autorizam: emissão de selos postais comemorativos da fundação do Colégio Interno de São José; e abertura de crédito especial para a ereção de um busto ao Senador Joaquim Pedro Salgado Filho (D.C. 18-11, pág. 4343).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrar juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestados (D.C. 18-11, pág. 4343).

Em virtude de emenda, volta às comissões o projeto que assegura direito patrimonial do Município de Paranaguá, PA, sobre os terrenos de marinha que especifica (D.C. 18-11, pág. 4446).

Com pareceres, foram a imprimir os seguintes projetos: proíbe a matança de vacas e novilhas nos frigoríficos, charqueadas e matadouros situados no território nacional; e declara de utilidade pública a Sociedade Teosófica Brasileira com sede em São Lourenço MG (D.C. 19-11, págs. 4476-77).

Publicado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina no sentido de que não assiste ao Congresso o direito de receber salário-família (D.C. 19-11, pág. 4489).

Com pareceres, foi o imprimir o projeto que dispõe sobre a fabricação e comércio de vinhos e seus derivados (D.C. 20-11, pág. 4525).

Foram a imprimir os seguintes: emenda do Senado ao projeto que prevê sobre a arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; altera e retifica disposições da Lei n.º 818, de 1949, que regula a aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos; e proíbe a reeleição para a 3.^a Legislatura e regulariza a situação dos que exercem mandato eletivo (D.C. 21-11, págs. 4585-93-95).

O deputado Heitor Beltrão apresentou projeto que concede anistia a todos os jornalistas condenados por delito de imprensa em virtude de decisão fundada pela Lei de

Segurança e por tribunais diversos dos indicados pela Lei de Imprensa de 1934 (D.C. 21-11, pág. 4603).

Foi a imprimir o projeto da Comissão de Justiça que prevê sobre a utilização de títulos eleitorais preenchidos (D.C. 21-11, pág. 4627).

Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto que dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos (D.C. 21-11, pág. 4645).

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto que garante, por forças federais, a realização de eleições em todo o território nacional (D.C. 21-11, pág. 4647).

DISCURSOS

Na sessão de 16 de novembro, ocuparam a tribuna os seguintes Senhores Deputados: Dioclécio Duarte para comunicar à Casa o falecimento de Jorge de Lima; Mendonça Júnior, para manifestar o seu pesar pela morte de Jorge de Lima; Adahil Barreto, para anunciar que seu parecer a respeito do projeto que concede gratificações ao pessoal do registro civil já está pronto; Roberto Moreira, sobre a exportação irregular de areia monazítica; Osvaldo Orico, para falar sobre a morte de Jorge de Lima; Osvaldo Fonseca, sobre assunto de interesse regional; Joaquim Ramos, para ler telegrama em que se comunica os estragos causados por enchentes em Santa Catarina; Medeiros Neto, para reverenciar a memória de Jorge de Lima; Fernando Ferrari, Lopo Coelho, Lameira Bitencourt, Oliveira Brito na discussão do projeto que fixa novos valores para os símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas; Daniel Faraco, Armando Falcão e Paulo Sarasate, na discussão do projeto que estabelece normas para a instituição do seguro agrário; Roberto Moreira, Plácido Olímpio, Maurício Joppert, Dilermando Cruz, Brochado da Rocha, Breno da Silveira, na discussão do projeto que dispõe sobre a distribuição e aplicação das cotas do imposto único sobre energia elétrica; Rui Almeida, para uma reclamação; Aarão Steinbruch, para um apelo ao Tribunal Superior do Trabalho no sentido de não ser mais exigida a cláusula de assiduidade integral nos aumentos de salários; Dolor de Andrade, para comunicar à Casa o falecimento do deputado estadual Salim Nafad, ocorrido em Mato Grosso; e Campos Vergal, para ler carta do Sr. Mário Pinto Serpa, sobre a organização bancária do Brasil.

Falaram, na sessão de 17 de novembro, os seguintes senhores deputados: José Guimar, por motivo da passagem do cinquentenário do Tratado de Petrópolis; Lima Figueiredo e Flores da Cunha, sobre o mesmo assunto; Ulisses Guimarães, Lameira Bitencourt, Armando Correia e Brochado da Rocha na discussão e votação do projeto que fixa novos valores para os símbolos dos cargos em comissão e as funções gratificadas; Rui Almeida, Adahil Barreto e Lameira Bitencourt, sobre o projeto 1.082; Eurico Sales, no encaminhamento da votação de projeto de concessão de auxílio; Rui Santos, sobre acontecimentos políticos em seu Estado; Vasconcelos Costa, para homenagear a memória do ex-Ministro da Fazenda Pedro Luís Correia e Castro; Campos Vergal no encaminhamento de projeto de lei; Artur Audrá, sobre assuntos relacionados com a instalação de uma fábrica de automóveis no Brasil pela Volkswagen; Aarão Steinbruch, sobre legislação de proteção à família; Medeiros Neto, sobre projeto de emissão de selos postais comemorativos; Carvalho Sobrinho, sobre a personalidade do Dr. Cenobelino de Barros Serra, falecido; Fernando Nóbrega, sobre o problema das secas; e Ostoj Roguski, sobre a construção do Aeroporto de Londrina, PA.

Na sessão de 18 de novembro, falaram os seguintes Senhores Deputados: Mendonça Lima, Osvaldo Orico e Menotti Del Picchia, em homenagem ao poeta Jorge de Lima; Salo Brand, Achilles Mincarone, Tristão da Cunha, Aliomar Baleeiro, José Bonifácio, Afonso Arinos, Armando Falcão, Bilac Pinto, Eurico Sales e Gustavo Capanema, na discussão da matéria constante da ordem do dia; Aliomar Baleeiro, para analisar aspectos da política sindical; Rui Almeida para ler carta do jornalista Victor do Espírito Santo; Medeiros Neto, sobre tramitação do projeto que dispõe a respeito das imunidades dos vereadores; Aarão Steinbruch, sobre a legislação de férias; Campos Vergal, a

respeito do projeto que dispõe sobre o fundo partidário; Alberto Botino sobre os trabalhos de reestruturação do PTB em São Paulo; Adahil Barreto, sobre o estado em que atingem o Maranhão as vítimas da seca; e Ulisses Guimarães, sobre projetos em regime de urgência.

Ocuparam a tribuna, na sessão de 19 de novembro, os seguintes oradores: Negreiros Falcão, sobre vários assuntos; Gaetano Paranhos, sobre a situação do teatro nacional; Ari Pitombo, sobre o falecimento do jornalista João da Costa Ramos; Aarão Steinbruch, sobre irregularidades na distribuição de leite no Rio; Vieira Lins, sobre reivindicações de trabalhadores de Apucarana; Achilles Mincarone, sobre a situação dos serviços postais-telegráficos em Lagoa Vermelha; Osvaldo Orico, sobre a concessão do canal da Rádio Clube aos seus empregados; Roberto Morena, sobre a greve dos trabalhadores da Companhia do Gás de São Paulo; Celso Peçanha, sobre a política cambial; Nelson Omega, sobre reivindicação dos ferroviários da Mogiana; Augusto Meira, sobre memorial de radioginastas; Sá Cavalcanti, sobre o I Congresso Nacional do Ensino Jurídico; Benjamin Farah, sobre projeto que dispõe a respeito de vantagens aos herdeiros dos veteranos da Guerra do Paraguai; Heitor Beltrão, sobre a memória do Professor Corinto da Fonseca, a quem se deve a instituição do Dia da Bandeira; Rui Almeida, para falar sobre o vereador Raimundo de Magalhães; Castilho Cabral, para uma reclamação; Aarão Steinbruch, sobre o apoio que vem recebendo a propósito de projeto de sua autoria; Godoi Ilha, sobre a data natalícia de Borges de Medeiros; Fernando Ferrari, Aliomar Baleeiro, José Guimarães, Paulo Sarasate e Tarso Dutra, na discussão de matéria constante da ordem do dia; Gustavo Capanema, a respeito do caso ocorrido em Cataguanas, com o jornalista Carlos Lacerda; Aarão Steinbruch, sobre mesa-redonda na TV-Tupi; Jaime Teixeira, sobre irregularidades ocorridas no município do Caetité; e Dolor de Andrade, sobre o problema da borracha.

Falaram, na sessão diurna de 20 de novembro, os seguintes senhores deputados: Dilermando Cruz, sobre pronunciamento da bancada estadual mineira do P.S.D. a respeito do Estado Novo; Ostojia Roguski, sobre aprovação de medidas de interesse da economia paranaense e apresentação de requerimento de informações; Vieira Lins, sobre decisão do Ministro do Trabalho a respeito de decreto de fusão de CAP; Aarão Steinbruch, sobre projetos que vem apresentando para modificar a Consolidação das Leis do Trabalho; Celso Peçanha, sobre pagamento de pensões na CAP da Leopoldina; Breno da Silveira, sobre a Convenção Regional do P.S.B.; Sá Cavalcanti, sobre instalação de agência do Banco do Brasil em Quixeramobim; José Guimarães, sobre política regional da Bahia; Arruda Câmara, sobre construção do açude em Brotas; Vasco Filho, sobre a administração do D.N.E.R.; Aliomar Baleeiro e Alberto Botino, na discussão do orçamento para 1954; Dilermando Cruz, para justificar projeto de sua autoria que dispõe sobre a construção de uma barragem no rio Paraibuna; Aarão Steinbruch, sobre projeto de sua autoria; Lúcio Bitencourt, sobre os preços do leite.

Na sessão noturna de 20 de novembro, falaram os seguintes senhores deputados: Fernando Ferrari, na discussão de projeto de lei; Ulisses Guimarães, Eurico Sales, Gurgel do Amaral, Lucílio Medeiros, Nestor Duarte, Ari Pitombo, Arruda Câmara, Aliomar Baleeiro e Tenório Cavalcanti no mesmo sentido.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Lidas na hora do expediente da sessão de 16 de novembro as informações prestadas: pelo M.M., sobre projeto que faculta a matrícula de suboficiais, subtenentes e sargentos nas escolas de formação de oficiais das Forças Armadas; do M.V., sobre projeto que adita dispositivos à Lei n.º 860, de 1949, que dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da V.F. do R.G.S.; do mesmo, sobre diversos assuntos relacionados com a vida comercial do Lóide Brasileiro; e do M.R.E., sobre os cargos isolados, em comissão, e funções gratificadas, existentes nesse Ministério (D.C. 17-11, pág. 4227).

Foram deferidos, na sessão de 16 de novembro, os seguintes requerimentos da Comissão de Finanças, solicitando

do a audiência do M.F. para o projeto que concede à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce isenção de direitos de importação para material destinado à usina hidrelétrica de Salto Grande; da mesma solicitando a audiência do mesmo e do Tribunal de Contas para o projeto que modifica dispositivos do Código de Contabilidade Pública da União e do seu Regulamento (D.C. 17-11, pág. 4247).

Recebidas as seguintes informações: do M.F., sobre imóveis da União não utilizados no serviço público; do mesmo, sobre o número de contribuintes dos impostos federais em Ceres, sede da Colônia Agrícola Nacional de Goiás; do mesmo, sobre os débitos da União para com as CAP dos Ferroviários e dos Serviços Públicos e dos Estados da Bahia e Sergipe; do mesmo, sobre a expedição de licenças de importação com cobertura pelo mercado livre de câmbio; e ainda do mesmo, sobre formalidades cambiais (D.C. 18-11, pág. 4274).

Na sessão de 18 de novembro, foram lidas as seguintes informações: da Presidência da República, sobre diminuição de sete para seis metros da faixa de rolamento asfaltado dos planos das estradas de rodagem BR-26 e BR-11; do M.M., sobre projeto de lei que dispõe sobre o aluguel de imóveis, construídos pelo Ministério e destinados a moradia de seus servidores; do M.V., sobre as atribuições do cargo de Fiel de Agência do D.C.T.; do mesmo, sobre promoções de carteiros no D.C.T.; do mesmo sobre projeto que manda construir pontes na divisa de Minas com Goiás; do mesmo, sobre os serviços de transporte marítimo entre o Rio e Niterói; ainda do mesmo, sobre projeto que incorpora a este Ministério a E.F. Noroeste do Brasil; e do M.E., sobre o concurso de monografias em comemoração ao centenário de Joaquim Nabuco (D.C. 19-11, págs. 4473-76).

Recebidas as seguintes informações: do M.M., sobre processo em estudos nessa Secretaria de Estado; do M.F., sobre projeto que concede favores às sociedades que se destinem à fabricação e exploração de baterias e pilhas secas; e do mesmo, sobre o número de contribuintes dos Municípios de Petrolina de Goiás e Uruaçu do mesmo Estado (D.C. 20-11, pág. 4519).

Recebidas as informações do M.F., sobre operações realizadas pela Comissão de Financiamento da Produção (D.C. 21-11, pág. 4584).

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Nestor Duarte, sobre relações comerciais com a União Soviética e a China Popular; do deputado Herbert Levy, sobre os motivos pelos quais não receberam abono de emergência os funcionários aposentados da E.F. Santos-Jundiaí; do deputado Willy Frohlich, sobre o pagamento do abono de emergência a servidores das C.E.F.; do deputado Campos Vergal, sobre o processo de aposentadoria de João Correa da Silva Pinto; do deputado Nestor Duarte, sobre resolução recomendando a criação do Conselho de Pesca da América Latina; do deputado Gurgel do Amaral, sobre o arrendamento da Fábrica do Galeão pela Cia. Folkes Indústria de Aeronáutica S.A., na parte referente à situação de seus empregados; do deputado Breno da Silveira, sobre as bases pelas quais se processam os serviços de aterro da Cidade Universitária na Ilha do Governador; do deputado Vasco Filho, sobre o financiamento às Prefeituras Municipais destinado ao serviço de abastecimento de água (D.C. 21-11, pág. 4627).

No Senado Federal

O Senado Federal realizou sessões nos dias 14 e 15 de novembro com a finalidade de discutir e votar o Orçamento para 1954. Assim, na sessão de sábado, 14, foi concluída a votação do Anexo n.º 24, relativo ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e na de domingo, 15, a dos Anexos ns. 2, 9 e 20, respectivamente, Congresso Nacional, Comissão do Vale do São Francisco e Ministério da Guerra.

REDAÇÕES FINAIS

Aprovadas as seguintes redações finais: a) que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Carlos Eurico de Breyne Montenegro e b) que mantém a decisão por que o T.C. denegou registro ao termo do acordo celebrado entre

o M.S. e o Estado de M. Gerais para intensificação da assistência psiquiátrica naquele Estado (D.C. 17-11, página 1564).

Aprovadas as seguintes redações finais: a) que autoriza o P.E. a abrir, ao Conselho de Imigração e Colonização, o crédito especial de seis mil e quinhentos cruzeiros para pagamento de salário-família, b) que aprova o contrato-escritura celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a Firma Maveroy Sociedade Indústria Frigorífica Ltda. e c) que reestrutura o Quadro da Secretaria do T.R.E. do R.G.S. (D.C. 17-11, pág. 1577).

Aprovadas as seguintes redações finais: a) que aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda e b) que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o DCT e José Rodrigues Pereira (D.C. 19-11, pág. 1614).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: a) que autoriza o Estado de São Paulo a imprimir as seguintes redações finais: a) que autoriza o Estado de São Paulo a assumir perante o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, as obrigações e responsabilidades para efetivação dos compromissos no contrato de fundos para o empréstimo de dez bilhões de cruzeiros a ser feito pelo referido Banco às Usinas Elétricas de Paranapanema S. A., b) que concede isenção de direitos de importação, taras aduaneiras e de previdência social e imposto de consumo para materiais destinados ao Estado do R.G.S., c) que determina seja a vigilância dos navios feita por profissionais matriculados nas D.T.M. e d) que aprova o contrato celebrado entre a D.R. do DCT de Pernambuco e a firma Construtora J. Ferreira Marques (D.C. 19-11, página 1916).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: a) que aprova o termo do convênio celebrado entre a Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco e a Escola Sociológica e Política de São Paulo, para realização de pesquisas e estudos de caráter sociológico da Região do Vale do São Francisco, b) que mantém a decisão por que o T.C. denegou registro ao contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado do R. de Janeiro e José Borges e c) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Standard Elétrica S.A., para fornecimento de diversos materiais especificados na concorrência pública de 9-9-52 (D.C. 20-11, página 1655).

Aprovada a redação final do projeto de resolução que autoriza o Estado de São Paulo a assumir perante o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento as obrigações e as responsabilidades para efetivação dos compromissos no contrato de fundos para projeto previsto no empréstimo de dez milhões de dólares a ser feito pelo referido Banco às Usinas Elétricas de Paranapanema S.A. (D.C. 20-11, pág. 1663).

ACÓRDOS E CONVÊNIOS

Chega ao Senado o projeto de decreto legislativo que aprova o convênio cultural entre o Brasil e a Nicarágua (D.C. 17-11, pág. 1566).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lido, apoiado e enviado às comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a assistência financeira destinada ao combate à broca do café (D.C. 17-11, pág. 1503).

AUXÍLIOS

Encerrada a discussão e volta às Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que concede auxílio à Associação Brasileira de Normas Técnicas (D.C. 20-11, página 1638).

CAPITAL BANCÁRIO

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento (D.C. 20-11, pág. 1634).

CONTRATOS PÚBLICOS

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Caça e Pesca do D.N.P.A. do M.Agr. e Adolfo Xarez de Oliveira Góes (D.C. 17-11, pág. 1502).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o A.A. e a Acucareira Porto Real S.A.; b) que aprova os termos do acórdão aditivo celebrado entre o M.A. e o Estado do Espírito Santo e c) que aprova o termo de contrato celebrado entre o DCT e a firma Standard Elétrica S.A. (D.C. 17-11, pág. 1566).

Foram aprovados os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro de contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro e José Borges e b) que aprova o contrato celebrado entre a D.R. dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e a firma Construtora J. Ferreira Marques (D.C. 18-11, pág. 1594).

Foi aprovado o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Cia. Predial de Taubaté. Nessa oportunidade falaram os senadores Mozart Lago, Aloisio de Carvalho, Álvaro Adolfo e João Vilasboas (D.C. 19-11, pág. 1613).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Hercílio de Paiva Furtado e sua mulher Maria de Lourdes Correia Furtado, b) idem e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira, c) que aprova o termo celebrado entre o DCT e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., e d) que mantém a decisão do T.C. denegatória ao contrato celebrado entre o M.V.O.P. e Rádio Clube S.A. (D.C. 19-11, página 1615).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal, o Governo do Estado de Alagoas, o I.A.A. e a Cooperativa dos Usineiros de Alagoas, Ltda. e b) que aprova o termo de desapropriação onerosa de uma faixa de terreno encravada em uma propriedade situada no lugar denominado "Beija Flor" Município de Campina Grande — Estado da Paraíba (D.C. 20-11, págs. 1634-35).

Foi aprovado em discussão única o projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro de contrato celebrado entre o M.A. e a firma Geraldo Duarte Passos (D.C. 20-11, pág. 1638).

CRIAÇÃO DE CARGOS

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que cria cargos na carreira de Diplomata do Q.P. do M.R.E. (D.C. 17-11, pág. 1566).

DESPESA COM PESSOAL

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — os créditos suplementar de Cr\$ 1.922.131,80, em reforço à verba 1 do anexo n.º 26 do Orçamento da União e especial de Cr\$ 2.218.192,20 para pagamento da gratificação adicional aos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais (D.C. 17-11, pág. 1564).

DIVERSAS DESPESAS

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de oitocentos e quarenta mil cruzeiros para pagamento de despesas de vestuário, uniforme e equipa-

mento do Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 19-11, pág. 1613).

Foram a imprimir os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de quinhentos e sessenta mil cruzeiros para ocorrer às despesas com a Delegação da mesma Câmara à 42.^a Conferência Interparlamentar a reunir-se no corrente ano, em Washington, E.U. da América, e b) que abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especial de Cr\$ 463.319,40 e suplementar de Cr\$ 661.239,90 para os fins que menciona (D.C. 20-11, pág. 1635).

Foi aprovado com emendas em discussão única o projeto de lei da Câmara acima indicado no item a. (D.C. 20-11, pág. 1662).

Foi aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.G., o crédito especial de um milhão de cruzeiros, para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive concurso de projetos e prêmios relativos à remodelação do Panteon existente sob o Monumento do Duque de Caxias para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros. Nessa oportunidade falou o senador Aloísio de Carvalho para encaminhar a votação (D.C. 17-11, página 1576).

Foi a imprimir a redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara acima indicado (D.C. 19-11, pág. 1617).

Foi aprovada a redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara acima indicado (D.C. 20-11, pág. 1638).

DOAÇÕES

Foi aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a doar à Federação das Indústrias do Estado de Goiás o lote de terreno n.º 70 — 68 — 33 — 35, da quadra 69 setor central de Goiânia (D.C. 17-11, pág. 1612).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Foi requerida e aprovada a audiência da Comissão de Constituição e Justiça que dispõe que o conserto de carga e descarga nos portos organizados, seja feito, com exclusividade, por profissionais matriculados nas D.T.M. (D.C. 17-11, pág. 1574).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que assegura aos Membros da Diretoria do Sindicato os direitos de estabilidade no emprego, durante o período de seus mandatos e b) que dispõe sobre os serviços dos trabalhadores na movimentação de mercadorias (D.C. 21-11, páginas 1672-73).

ORÇAMENTO PARA 1954

Foram a imprimir os anexos ns. 14 A e 9 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 17-11, págs. 1505-7).

Foram apresentadas 336 e 224 emendas aos anexos n.º 17 e 25, respectivamente, do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (O.C. 17-11, pág. 1508).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os anexos 19 e 26 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 17-11, págs. 1566-73).

Encerrada a discussão e volta à comissão de Finanças o anexo n.º 21 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. Nessa oportunidade falou o senador João Vilasboas, sendo lidas e apoiadas várias emendas (D.C. 17-11, pág. 1575).

Foi aprovada a redação final das emendas do Senado ao anexo n.º 24 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 17-11, pág. 1577).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o anexo n.º 27 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 18-11, pág. 1585).

Foram a imprimir os anexos 21 e 15 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 18-11, páginas 1595-96).

Foi aprovado em discussão única o anexo n.º 26 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. Nessa oportunidade falaram os senadores Atílio Vivacqua e Álvaro Adolfo (D.C. 18-11, pág. 1600).

Foi aprovado em discussão única o anexo 14A do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 18-11, pág. 1603).

Foi aprovado o anexo n.º 19 do projeto acima indicado (D.C. 18-11, pág. 1603).

Foi aprovada a redação final das emendas do Senado ao anexo n.º 9 do projeto acima indicado (D.C. 18-11, pág. 1605).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o anexo n.º 26 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 19-11, pág. 1616).

Foi aprovado em discussão única com várias emendas, sendo algumas rejeitadas, o anexo n.º 21 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954. Nessa oportunidade falaram os senadores Kerginaldo Cavalcanti e Alfredo Neves (D.C. 19-11, pág. 1618).

Encerrada a discussão e enviado à Comissão de Finanças para apreciação das emendas o anexo n.º 15 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 19-11, pág. 1626).

Foi aprovado com emendas, em discussão única, o anexo n.º 27 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 19-11, pág. 1627).

Foram a imprimir os anexos 14A, 17 e 19 e 21 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 20-11, págs. 1635-39-45).

Foi aprovada a redação final das emendas do Senado ao anexo n.º 26 do projeto acima indicado (D.C. 20-11, pág. 1663).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 — Anexo n.º 27 (D.C. 21-11, pág. 1673).

Foram aprovadas as redações finais das emendas do Senado aos Anexos ns. 14A, 19 e 21 do projeto de lei da Câmara acima indicado (D.C. 21-11, págs. 1674-76).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Foi aprovado em segunda discussão o projeto de lei do Senado que dispõe sobre a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (D.C. 18-11, pág. 1593).

PESSOAL CIVIL

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que estende aos conferentes das Caixas Econômicas os favores da Lei n.º 403, de 24-9-48, que reestruturou os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Público Federal (D.C. 17-11, pág. 1566).

Encerrada a discussão e enviado às comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Detetive do Q.P. do M.J.N.I. — D.F.S.P. — Foi lida e apoiada a emenda n.º 4 (D.C. 18-11, pág. 1593).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que estende aos auditores de primeira entrância e aos advogados da Justiça Militar a gratificação adicional por tempo de serviço, prevista no artigo 13, parágrafo 2.º da Lei n.º 116, de 15-10-47 (D.C. 19-11, pág. 1612).

PESSOAL MILITAR

Encerrada a discussão e enviado às comissões técnicas o projeto de lei da Câmara que regula a inatividade dos militares. Foram lidas e apoiadas várias emendas (D.C. 17-11, pág. 1560).

Foi a imprimir com parecer da Comissão técnica o projeto de lei da Câmara que regula a situação dos Sargentos do Exército excluídos pelo art. 143 da Lei do Serviço Militar e posteriormente reincluídos (D.C. 21-11, página 1672).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Foi aprovado indo à sanção o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o pagamento de auxílio-enfermidade nas instituições de Previdência Social (D.C. 21-11, página 1683).

REGIMENTO INTERNO

Lido e apoiado o projeto de resolução que dá nova redação ao art. 190 do Regimento Interno (D.C. 21-11, pág. 1669).

OUTROS PROJETOS

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que modifica o art. 199 do Decreto-lei n.º 7.661, de 21-6-45, que dispõe sobre prescrição de crime falimentar (D.C. 17-11, página 1502).

Chega ao senado o projeto de lei da Câmara que modifica disposições do código do Processo Civil e do Código de Processo Penal (D.C. 17-11, pág. 1566).

Foi pedida a audiência da Comissão de Constituição e Justiça que modifica a data de início da contagem do prazo para a apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posse de terrenos pertencentes ao domínio da União (D.C. 20-11, pág. 1638).

Lido e apoiado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que reconhece e facilita o funcionamento dos escritórios eleitorais (D.C. 21-11, pág. 1669).

Chega ao Senado a mensagem do P.E. que submete à apreciação da Casa, a nomeação do Sr. João Pinheiro Filho para o cargo de membro do Conselho Nacional de Economia (D.C. 21-11, pág. 1671).

Chega ao Senado a mensagem do Executivo submetendo o nome do Sr. Luiz Dodsworth Martins para Membro do Conselho Nacional de Economia (D.C. 21-11, página 1672).

DISCURSOS

Falaram, na sessão de 16 de novembro, os senadores: Atilio Vivacqua, sobre projeto de lei que autorizou o P.E. a contratar com o Banco do Brasil a assistência financeira aos cafeicultores atingidos pela geada; Ivo D'Aquino sobre comentários feitos na "Tribuna do Povo" a respeito da indústria de laticínios; Ezequias da Rocha acerca do falecimento do poeta Jorge de Lima; Hamilton Nogueira também sobre a morte do poeta Jorge de Lima;

Falaram, na sessão de 17 de novembro, os senadores: Alfredo Neves e Álvaro Adolfo para encaminharem a votação do requerimento que pede seja inserto na ata um voto de pesar pelo falecimento de Pedro Luís Correia e Castro; Anízio Jobim acerca das comemorações da Associação dos Acreanos.

Falaram, na sessão de 18 de novembro, os senadores: Abelardo Jurema sobre os movimentos para Campanha Nacional à criação de educandários gratuitos; Othon Mader a respeito de financiamento das lavouras e do estado lastimável da rodovia que liga Curitiba a Lajes; Francisco Galotti, sobre a figura de José Agostinho dos Reis; Vivaldo Lima acerca de pedidos de informações ao P.E. sobre os estoques de borracha pelo Banco de Crédito da Amazônia.

Falaram na sessão de 19 de novembro os senadores: Flávio Guimarães, Vivaldo Lima, Ezequias da Rocha, Euclides Vieira e Dornigos Velasco sobre o Dia da Bandeira.

Falaram, na sessão de 20 de novembro, os seguintes senadores: Kerginaldo Cavalcanti a respeito do julgamento do Primeiro Ministro do Iran e Onofre Gomes sobre o problema do desemprego em que se encontra a população de vários Estados.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Requeridas à COFAP informações sobre o aumento sugerido para o leite fornecido à população carioca.

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 30 de novembro a 4 de dezembro, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

Na Câmara dos Deputados

REDAÇÕES FINAIS

Publicadas as seguintes redações finais: reorganiza com nova denominação a Procuradoria-Geral da Fazenda Pública, do M.F., consolida suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe; e cria o Instituto Nacional de Cinema, e dá outras providências (D.C. 1-12, página 5109). Aprovadas as redações finais. Os projetos vão ao Senado (D.C. 3-12, pág. 5191).

Aprovadas as seguintes redações finais: autoriza abertura de crédito especial para ereção de um monumento a Joaquim Pedro Salgado Filho; retifica a Lei n.º 1.757, de 1952, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1953; concede novo prazo para a concessão da Medalha de Guerra; autoriza abertura de crédito especial destinado à realização de estudos e medidas de combate à leishmaniose visceral; e inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, do Estado de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. O primeiro projeto vai à sanção e os demais vão ao Senado Federal (D.C. 1-12, pág. 5120).

Publicada a redação final do projeto que altera os atuais cargos e funções do serviço público federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências (D.C. 2-12, página 5144). Aprovada a redação final (D.C. 4-12, página 5256).

Publicadas também as seguintes redações finais: dispõe sobre a fabricação e comércio de vinhos, de seus derivados e bebidas em geral e dá outras providências; e cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco (D.C. 2-12, 5145). Aprovada a redação final. Vão ao Senado (D.C. 4-12, pág. 5256).

Publicadas as redações finais dos projetos que: dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul; e modifica dispositivo da Lei n.º 1.765, de 1952, para o fim de conceder abono de emergência ao pessoal pago pelas verbas 3 e 4 (D.C. 3-12, pág. 5210).

APROVEITAMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco (D.C. 4-12, página 5237).

AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

O Deputado Rondon Pacheco apresentou projeto que autoriza a concessão de auxílio destinado à construção da Penitenciária de Mulheres do Estado de M. Gerais (D.C. 1-12, pág. 13, suplemento).

Aprovados os seguintes projetos: em primeira discussão, o que concede auxílio para conserto da Igreja Matriz e comemorações da fundação desta e do Município do Triunfo, RS; idem, destinado a subvencionar o VI Con-

gresso Brasileiro de Veterinária; em segunda discussão, os que concedem a inclusão entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal das Escola de Engenharia e Faculdade de Arquitetura do Instituto Mackenzie, e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, SP; idem, o que concede auxílio ao Município do Crato, no Ceará, para a construção de monumento comemorativo do seu centenário; e idem para a realização do XXXI Congresso Eucarístico Internacional (D.C. 2-12, páginas 5154-56). Iniciada a segunda discussão do último projeto (D.C. 4-12, pág. 5266).

Foram a imprimir os seguintes projetos: concede inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal; e autoriza abertura de crédito especial destinado a auxiliar as vítimas de acidente ocasionado pelo rompimento de uma barragem em Putinga, RS (D.C. 2-12, pág. 5163). O primeiro projeto foi aprovado e enviado à C.R. (D.C. 4-12, pág. 5264).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que concede auxílio financeiro para as obras da futura Basílica Nacional de Aparecida, no Estado de São Paulo (D.C. 4-12, pág. 5243).

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado ao Congresso Interamericano de Educação de Base (D.C. 4-12, página 5247).

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto que altera a legislação referente à concessão de auxílios e subvenções (D.C. 4-12, pág. 5264).

Com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para auxiliar a construção do Hospital do Radialista (D.C. 5-12, pág. 5297).

Lidos na hora do expediente da sessão de 4 de dezembro os seguintes projetos do P.E.: concede subvenção anual à Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, de Porto Alegre, RS; e cancela dívida da Fundação Abrigo do Cristo Redentor (D.C. 5-12, pág. 5300).

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Iniciada a votação, em segunda discussão, do projeto que altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do P.E. da União e dos Territórios e dá outras providências (D.C. 3-12, pág. 5193). Concluída a votação em segunda discussão com a aprovação de algumas emendas. Vai à C.R. (D.C. 4-12, pág. 5256).

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Iniciada a discussão do projeto que cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências (D.C. 2-12, pág. 5159). Prosseguiu a discussão (D.C. 3-12, página 5196). Foi a imprimir com pareceres (D.C. 4-12, página 5267). Concluída a votação em primeira discussão. Foi a imprimir para segunda discussão (D.C. 5-12, páginas 5313-24).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Foi a imprimir o projeto de resolução que encaminha ao P.E. o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar os danos causados pela geada à lavoura cafeeira do País e sugerir medidas para a sua recuperação (D.C. 1-12, pág. 1, suplem.).

Prosseguiu na sessão noturna de 30 de novembro a discussão do projeto que determina a remessa de cópias do Relatório e Conclusões da Comissão Parlamentar sobre o caso de "Última Hora" às autoridades que especifica (D.C. 1-12, pág. 15, suplem.). Idem na do dia 2 (D.C. 3-12, pág. 5210).

CONSIGNAÇÕES EM FOLHA

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre desconto em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares (D.C. 2-12, pág. 5164). Idem, com parecer da C.C.J. (D.C. 3-12, pág. 5214).

CONTRATOS PÚBLICOS

Publicado o parecer ao recurso do Deputado Ostoj Roguski contra decisão da Mesa contrária à urgência pedida para o projeto que reforma a decisão do T.C. contrária ao registro da escritura pública de contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a sociedade Indústrias Brasileiras de Papel Ltda. (D.C. 1-12, pág. 5103).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que adita dispositivos à Lei n.º 860, de 1949, que dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rêde de Viação Férrea do R.G.S. (D.C. 1-12, pág. 5121).

Publicado o parecer sobre a consulta a respeito de parecer da Comissão de Tomada de Contas a respeito de contrato em que são partes o Patrimônio Nacional e a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (D.C. 2-12, pág. 5140).

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre depósitos bancários compulsórios para pagamentos (D.C. 5-12, pág. 5295).

DESPESAS COM PESSOAL

Lido na hora do expediente o projeto do P.E. que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito professores do M.E.C. (D.C. 4-12, pág. 5247).

Com pareceres, foram a imprimir os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito suplementar em reforço à Verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo correspondente ao M.T.I.C.; idem da mesma verba do Anexo do M.F.; idem em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo do M.T.I.C., idem, idem do M.F. (D.C. 5-12, página 5298).

Lido na hora do expediente o projeto do P.E. que autoriza abertura de crédito suplementar para reforço da verba 3 — Serviços e Encargos, do Anexo relativo ao M.J.N.I. (D.C. 5-12, pág. 5301).

DIVERSAS DESPESAS

Lido na hora do expediente projeto do P.E. que autoriza abertura de crédito suplementar para atender a despesas a cargo do Anexo n.º 19 do vigente orçamento (D.C. 3-12, pág. 5204).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que modifica a legislação que dispõe sobre o sistema federal de ensino superior (D.C. 2-12, pág. 5161).

Com parecer às emendas do Senado, foi a imprimir o projeto que reorganiza os cursos do Departamento Nacional da Criança (D.C. 4-12, pág. 5242).

O deputado Cunha Bueno apresentou projeto que acrescenta parágrafo único ao art. 14 do Decreto-lei n.º 9.494, de 1946, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico (D.C. 4-12, pág. 5248).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Com parecer à emenda do Senado, foi a imprimir o projeto que determina que a vigilância dos navios será feita por profissionais matriculados nas Delegacias de Trabalho Marítimo (D.C. 4-12, pág. 5243).

O deputado Benjamin Farah apresentou projeto que dispõe sobre o exercício das profissões de corretor de publicidade e de propaganda e dá outras providências (D.C. 5-12, pág. 5302).

EXPORTAÇÃO DE MANGANÊS

Encerrada a segunda discussão do projeto que reduz de 20% anualmente com base no volume exportado em 1953, as exportações de minério de manganês das jazidas do Estado de Minas Gerais. Em virtude de emenda, volta às comissões (D.C. 4-12, pág. 5264).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Aprovado em primeira discussão o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto que retifica o Orçamento do M.J.N.I. (D.C. 2-12, pág. 5155).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que retifica o Orçamento do M.J.N.I., na parte que diz respeito a auxílios e subvenções (D.C. 4-12, página 5265).

IMPÔSTO DE RENDA

Prosseguiu a votação em segunda discussão do projeto que manda cancelar os lançamentos "ex-offício" do Imposto de Renda iniciados ou em fase de cobrança administrativa ou judicial com base nos exercícios fiscais até 1952, inclusive, e proíbe revisões posteriores (D.C. 1-12; pág. 5122). Concluída a votação do projeto. Vai à Comissão de Redação (D.C. 2-12, pág. 5147).

Em segunda discussão foi também aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que altera a legislação do imposto de renda (D.C. 2-12, pág. 5150).

O deputado Orlando Dantas apresentou projeto que regulamenta o § 4.º do Art. 15 da Constituição Federal que prevê a aplicação da cota de 10%, proveniente do imposto de renda e destinada aos Municípios (D.C. 3-12, pág. 5205).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre isenção de tributos que incidam sobre combustíveis líquidos à lavoura mecanizada (D.C. 2-12, pág. 5159).

O deputado Dantas Júnior apresentou projeto que concede isenção de direitos de importação para automóvel destinado ao Cardinalato da Bahia (D.C. 3-12, página 5204).

O deputado Carvalho Sobrinho apresentou projeto que isenta do pagamento de selo por verba e de quaisquer outros impostos ou taxas os diplomas expedidos pelas Escolas de Ensino de graus médio e superior (D.C. 4-12, pág. 5248).

MAGISTRATURA

O deputado Hugo Carneiro apresentou projeto que concede aos membros do Ministério Público Federal direito de ingresso na Magistratura como juizes de direito (D.C. 4-12, pág. 5249).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que cria Coletorias Federais em diversos Municípios dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul (D.C. 1-12, pág. 5107).

Com parecer da Comissão Especial, foram a imprimir as emendas do Senado ao projeto que cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos, e dá outras providências (D.C. 4-12, pág. 5233).

Com parecer contrário, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para construção e instalação de Coletoria Federal em Avaré, SP (D.C. 5-12, pág. 5299).

O deputado Paraílio Borba apresentou projeto que cria o Parque Nacional do Marumbi, no Estado do Paraná (D.C. 5-12, pág. 5303).

PESSOAL CIVIL

Os deputados Campos Vergal e Paulo Sarasate apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: estende aos servidores civis dos ministérios militares as disposições do art. 1.º e seu parágrafo único da Lei n.º 1.156, de 1950, que dispõe sobre a concessão de vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra; e permite a conversão da licença especial em prêmio pecuniário (D.C. 3-12, pág. 5209).

Concluída a votação em segunda discussão, do projeto que efetiva, nos cargos de Tesoureiro-Auxiliar, os ocupantes de cargos isolados e funções gratificadas de Chefe de Serviço de Caixa, Assistente do Serviço de Caixa, Encarregado de Caixa, Caixa e Fiel de Tesoureiro do IAPI (D.C. 4-12, pág. 5262).

PESSOAL MILITAR

Os deputados Leão Sampaio e Breno da Silveira apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: estabelece normas para reclassificação dos 2.ºs tenentes farmacêuticos e dentistas que ingressaram na reserva em virtude da legislação que especifica; e regula a contagem de tempo de serviço para os pára-quedistas do Exército (D.C. 4-12, pág. 5247).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos C.P.O.R., vitimados por acidentes na instrução e no serviço (D.C. 4-12, pág. 5264).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que inclui na reserva de 3.ª categoria da F.A.B. nos termos da legislação citada, os portadores de licenças de piloto, navegador, mecânico de voo, rádio-operador e mecânico de manutenção, concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil (D.C. 5-12, pág. 5297).

O deputado Benjamin Farah apresentou projeto que torna extensivos aos atuais sargentos especialistas do Serviço de Saúde do Exército os benefícios da legislação que cita, a qual dispõe sobre a promoção ao posto de 2.º tenente (D.C. 5-12, pág. 5302).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que concede pensão especial ao engenheiro civil Raimundo Pereira da Silva (D.C. 1-12, pág. 5106).

Idem o que concede pensão à viúva de Dorval Luz, ex-coletor federal de Brusque, Estado de Santa Catarina (D.C. 2-12, pág. 5161).

Os deputados Fernando Ferrari, Cunha Bueno e Muniz Falcão apresentaram respectivamente os seguintes projetos: concede pensão especial à viúva do maquinista aposentado do M.E.S. Francisco de Souza Gomes; dispõe sobre as despesas com os serviços de assistência médico-hospitalar das CAP; e concede pensão especial à viúva do professor Antídio Vieira da Silva (D.C. 3-12, página 5205).

Chega à Câmara a emenda do Senado ao projeto que determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos IAP e CAP para prestação de assistência alimentar aos seus associados (D.C. 5-12, pág. 5295).

RADIODIFUSÃO

Encerrada a primeira discussão do projeto que revoga decretos-leis relativos à radiodifusão. Em virtude de emendas, volta às comissões (D.C. 4-12, pág. 5264).

RESERVISTAS

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto que assegura prioridade para ingresso no Serviço Público da União e das autarquias federais aos reservistas que tenham servido às Forças Armadas durante mais de 10 anos (D.C. 5-12, pág. 5301).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

O deputado Joaquim Ramos apresentou projeto que autoriza o P.E. a pagar, por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco do Brasil, os fornecimentos de carvão nacional feitos pelas empresas industriais às estradas de ferro pertencentes ao patrimônio da União (D.C. 3-12, pág. 5206).

TRIBUTAÇÕES

Aprovado em primeira discussão o substitutivo da Comissão de Economia ao projeto que equipara as tarifas alfandegárias do arame de alumínio às de ferro galvanizado (D.C. 2-12, pág. 5155). Aprovado em segunda discussão e enviado à C.R. (D.C. 4-12, pág. 5265).

VENCIMENTOS DO PESSOAL DA P.D.F.

Aprovado em primeira discussão o projeto que altera a redação do art. 40 da Lei n.º 217, de 1946 (Lei Orgânica do D.F.) (D.C. 3-12, pág. 5191).

OUTROS PROJETOS

O deputado Ulisses Lins apresentou projeto que abre crédito especial para pagamento de prêmios aos autores de ensaios sobre Joaquim Nabuco (D.C. 1-12, pág. 5115).

Aprovado e enviado à C.R. o projeto que dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos (D.C. 2-12, página 5156).

Com pareceres, foram a imprimir os seguintes projetos: suspende a exigibilidade de contratos de compra e venda de algodão e dá outras providências; e estende aos demais sindicatos de ajudantes de despachantes aduaneiros os benefícios do Decreto-lei n.º 9.158, de 1946 (D.C. 3-12, pág. 5182).

Foi a imprimir o projeto que autoriza a emissão de selos postais comemorativos do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo (D.C. 3-12, pág. 5213).

DISCURSOS

Na sessão diurna de 30 de novembro, falaram os seguintes oradores: Vieira Lins, para congratular-se com as populações dos Estados visitados pela acolhida dispensada ao Ministro do Trabalho; Benjamin Farch, para um apelo em prol do projeto que suspende o desconto de consignações em folha de pagamento no mês de dezembro; Breno da Silveira, para ler resposta do Vereador Raimundo de Magalhães a discurso do Deputado Rui Almeida; Jorge Lacerda, sobre atividades do Conselho Nacional do Petróleo em Santa Catarina; Abelardo Mata, sobre o momento político fluminense; Magalhães Melo, para falar sobre o movimento comunista de 1937; Vitorino Correia, para um apelo no sentido de terem tramitação diversos projetos de interesse das Forças Armadas; Lôbo Carneiro para protestar contra atentados sofridos pelo jornal "Emanicipação", na pessoa do seu gerente; Alberto Botino, para falar sobre a viagem do Ministro do Trabalho; Muniz Falcão, para ler pronunciamento da Federação do Comércio de Alagoas contra o projeto de lucros extraordinários; Osvaldo Orico, para uma crítica a programas radiofônicos; Rondon Pacheco, para apresentar projeto de lei; Parailio Borba, para esclarecimentos em torno da administração do Ministro do Trabalho; Maurício Joppert, Plácido Olímpio e Parsifal Barroso, no encaminhamento da votação do projeto que dispõe sobre revisão do contrato de arrendamento da Viação Férrea do R.G.S.; Paulo Ramos, Alde Sam-

paio, Saturnino Braga, Gustavo Capanema, Flores da Cunha, Muniz Falcão, Brochado da Rocha, Mário Altino, no encaminhamento da votação do projeto que manda cancelar os lançamentos "ex-officio" do Imposto de renda; Ostoj Roguski, sobre interrupção de trabalhos de dragagem do canal sueste do porto de Paranaguá; Nestor Jost, para congratular-se com o C.N.A.E.E. pela extinção da "Hora de Verão"; Adahil Barreto, para falar sobre o projeto 1082; Celso Peçanha, para comentar a notícia de concessão de abono aos aposentados e pensionistas das Caixas e Institutos; e Gurgel do Amaral, sobre a orientação do Governo no que diz respeito ao Abono de Natal.

Na sessão noturna do mesmo dia, falaram: José Guimarães, para ler telegrama em que se comunicam violências em Caetité; Daniel Faraco, Gustavo Capanema, Rui Santos, Ranieri Mazzilli, Silvio Echenique e Afonso Arinos em questões de ordem ligadas à tramitação do projeto que cria a Carteira de Comércio Exterior; Brochado da Rocha e Raimundo Padilha, sobre o inquérito parlamentar de "Última Hora".

Ocuparam a tribuna, na sessão diurna de 1 de dezembro, os seguintes Senhores Deputados: Leão Sampaio, sobre artigo do "Correio da Manhã" a respeito da aprovação do projeto 1082; Breno da Silveira, sobre o leite consumido pela população do Rio; Muniz Falcão, sobre construção de ferrovia; Mendonça Júnior, para apelo no sentido de ser relatado projeto de sua autoria; Joel Presídio, para comunicar o seu desligamento do P.T.B.; Mário Beni para solicitar o andamento de projeto relativo à Carteira de Redescostos; Abelardo Mata, sobre o mercado negro de cimento em seu Estado; Adahil Barreto, sobre atraso de pagamento dos pensionistas do IAPETC; Fernando Ferrari, sobre abono de emergência ao pessoal de obras; Gustavo Capanema, Alde Sampaio, Paulo Ramos, Brochado da Rocha, Muniz Falcão e Afonso Arinos na discussão de projeto sobre imposto de renda; Tarso Dutra, Ranieri Mazzilli na votação de projeto de concessão de auxílio; Fernando Ferrari, idem; Carvalho Sobrinho, sobre política paulista; Lôbo Carneiro, para ler entrevista de Luís Carlos Prestes sobre reatamento de relações com a URSS; Carmelo D'Agostino, Raimundo Padilha, Lôbo Carneiro, Tristão da Cunha e Macedo Soares e Silva, na discussão do projeto que cria a Carteira de Comércio Exterior.

Na sessão de 2 de dezembro, falaram: Ernani Sátiro, para discursar em saudação ao Congresso Nacional; Eurico Sales e Nelson Carneiro no mesmo sentido; Armando Correia, Osvaldo Trigueiro, na discussão de projeto que modifica dispositivo da Lei Orgânica do D. Federal; Ulisses Guimarães, Lameira Bitencourt, Armando Correia na discussão do projeto que altera os valores dos símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas; Carvalho Sobrinho, na discussão do projeto que cria a Carteira de Comércio Exterior; Orlando Dantas, sobre projeto de sua autoria relativo à aplicação da cota do imposto de renda para os municípios; Lima Figueiredo, para ler discurso do Ministro Vicente Ráo; Jorge Lacerda, para ler um apelo sobre a instalação de uma unidade do Exército em Chapecó; Rui Santos, para ler uma carta do jornalista Vitor do Espírito Santo; Abelardo Mata, sobre o cumprimento de dispositivo constitucional relativo a cotas de impostos pertencentes aos municípios; Germano Deckhorn, sobre construção de posto agropecuário no município de Três Passos; Lacerda Werneck, sobre atividades da Comissão de Financiamento da Produção; Medeiros Neto, para justificar requerimento de sua autoria.

Na sessão noturna, falaram: Ari Pitombo, Maurício Joppert e Tenório Cavalcanti na discussão do projeto sobre as operações do Banco do Brasil com a "Última Hora".

Ocuparam a tribuna, na sessão de 3 de dezembro: Rui Santos, para cultuar a memória do Prof. Miguel Osório de Almeida; Abelardo Mata, sobre o mercado negro de cimento; Celso Peçanha, sobre administração de hospital de Campos; Ostoj Roguski, sobre demora na tramitação de projeto referente à venda da fábrica de papel de Arapoti; Vieira Lins, sobre solenidade no Sindicato dos Estivadores em Santos; Vasconcelos Costa, sobre promoções no D.C.T.; Carvalho Sobrinho, para apresentar projeto de lei; Breno da Silveira para o mesmo fim; Fernando Ferrari, sobre abono de Natal aos pensionistas e apo-

sentados dos IAP; Coutinho Cavalcanti, para pedir maior consideração a respeito de projeto de sua autoria; Gurgel do Amaral, para ler voto proferido em reunião do Conselho Fiscal do IPASE; Menotti Del Picchia para ler pronunciamento da associação de São Paulo sobre as homenagens ao Congresso Nacional; Plácido Olímpio, sobre as atividades do Serviço Nacional de Malária; Tarso Dutra, sobre o falecimento do Dr. Frederico Wolfembuttel; Muniz Falcão, sobre prioridade de ingresso no serviço público para reservistas; Freitas Cavalcanti, sobre projeto que dá organização à Rede Ferroviária do Nordeste; Artur Santos, Mário Altino, Lameira Bittencourt, Ulisses Guimarães, Armando Corrêa e Lopo Coelho, na discussão de projeto sobre cargos em comissão e funções gratificadas; Fernando Ferrari, Afonso Arinos, Ernani Sátiro, Brochado da Rocha, Eurico Sales na discussão do projeto que efetiva tesoureiros do IAPI; Mendonça Júnior, sobre a organização e funcionamento de Volta Redonda; Lacerda Werneck, para falar sobre a Festa Nacional do Trigo; Armando Falcão, sobre informações do M.F. ao P.L.; Artur Audrá, sobre tramitação de projetos.

Transcritos nos anais os discursos dos senhores Barbosa Lima, Nereu Ramos e Prudente de Moraes Neto, pronunciados durante o banquete em honra do Poder Legislativo (D.C. 5-12, pág. 5305).

Falaram, na sessão diurna de 4 de dezembro, os seguintes deputados: Muniz Falcão para protestar contra prisões e seviciamento de presos verificadas em Alagoas; Breno da Silveira, para comentar declarações do presidente do I.B.C. e justificar requerimento de informações de sua autoria a respeito; Armando Falcão, para ler memorial de aposentados da CAP de Serviços Públicos do Ceará que não recebem seus proventos; Jorge Lacerda, sobre a existência da Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca; Leite Neto, para um apelo às autoridades no sentido de socorrerem a economia de Sergipe, que luta com falta de transporte marítimo; Nelson Omega, para ler apelo em favor da Companhia Mogiana; Leoberto Leal, para um apelo às autoridades militares no sentido de localizarem em Chapecó uma unidade do Exército; Paraillio Borba, para apresentar projeto de sua autoria que cria um Parque Nacional; Rondon Pacheco, para ler resposta a requerimento de sua autoria sobre as operações realizadas pela Comissão de Financiamento da Produção; Joel Presídio, para expor os motivos do seu desligamento do P.T.B.; Afonso Arinos, para comentar a festa de homenagem ao P.L. e a carta que lhe enviou o advogado Dr. Sobral Pinto; Gustavo Capanema e Daniel Faraco e Ranieri Mazzili, na discussão do projeto que cria a Carteira de Comércio Exterior; Joel Presídio, para prosseguir no seu discurso.

REPRESENTAÇÕES

Lidos na hora do expediente da sessão diurna de 30 de novembro os seguintes ofícios: da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sobre projeto que concede gratificação mensal aos Juizes de Direito e Judiciários do Interior; do Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tancancarias do Estado de São Paulo, sobre projeto que autoriza o M.A. a encampar os trabalhos da Divisão Florestal do Instituto Nacional do Pinho; e da primeira, sobre projeto que concede anistia aos trabalhadores dispensados ou punidos por motivo de greve (D.C. 1-12, pág. 5105).

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Rondon Pacheco, sobre os preços vigorantes para os diversos tipos de ferro; do deputado Henrique Pagnon, sobre a compra de farinha de trigo pela COFAP; do Deputado Breno da Silveira, sobre a admissão de pessoal no Departamento de Divulgação do I.B.C., em desobediência à Lei n.º 164, de 1947; do deputado Aarão Steinbruch, sobre subvenções à Frota Carioca S.A.; do mesmo, sobre a Companhia Siderúrgica Nacional; do deputado Tarso Dutra, sobre relação nominal e identificação pessoal dos passageiros do avião especial VARIG, proveniente de Porto Alegre e que chegou a esta Capital em 18-6-53; do mesmo, sobre

representação feita pelo ex-Governador do R.G.S., Dr. Walter Jobim, para impugnação de vários dispositivos da Constituição daquele Estado; do mesmo, sobre a identificação dos hóspedes do Hotel Serrador e se a respeito de cada um consta registro especial na D.O.P.S. sobre atividades contra o regime; do deputado Armando Falcão, sobre inquérito instaurado para apurar irregularidades na Agência da CEXIM em Fortaleza; e do deputado Flores da Cunha, sobre a situação atual das garantias oferecidas pela Light and Power ao Governo Brasileiro com o fim de obter o aval deste para um empréstimo de noventa milhões de dólares, destinados ao financiamento das obras do Vale do Paraíba e outras (D.C. 1-12, pág. 5114).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Agricultura, sobre projeto de prestação de contas; do M. G., sobre equivalência de cursos da Escola Militar e Escola de Aeronáutica (D.C. 2-12, pág. 5143).

Lidas as informações do M.E., sobre projeto que atualiza a contribuição mensal dos Ministros do S.T.F. para o montepio civil e dá outras providências (D.C. 3-12, pág. 5182).

Deferidos os seguintes requerimentos dos deputados: Armando Corrêa, sobre os oficiais do Exército que presentemente estão à disposição da COFAP; do mesmo, sobre os mesmos que estejam desempenhando funções na COFAP; do mesmo, sobre a situação atual da Equitativa; Muniz Falcão, sobre qual o inteiro teor da E.M. n.º 1.754, de 1953, e qual o inteiro teor do Parecer do Consultor-Geral da República referido no despacho que foi publicado no D.O. de 4-9-53; Dilermando Cruz, sobre demissão de Inspectores que compunham a comissão de inquérito encarregada de apurar as ocorrências sobre o tiroteio entre funcionários, ocorrido na D.R. dos Correios de Juiz de Fora; da Comissão de Transportes, solicitando esclarecimentos do M.Ae. a respeito do contrato de construção de um aeroporto em Itajubá; da Comissão de Serviço Público Civil ao M.F. solicitando esclarecimentos a respeito de projeto que modifica dispositivos da Lei que reorganizou o Serviço de Coletorias; da Comissão de Justiça, sobre audiência do T.S.E. para ofício do T.R.E. de Pernambuco; da mesma, ao mesmo, para ofício do T.R.E. de São Paulo; da mesma, ao mesmo, para o ofício do T.R.E. do Ceará; da mesma, ao mesmo, para ofício do T.R.E. de Minas Gerais (D.C. 3-12, pág. 5182).

Recebidas as seguintes informações: do M.R.E., sobre a organização do Quadro Especial do Serviço de Fronteiras; do M.E.C., sobre projeto que estabelece a obrigatoriedade do ensino de Puericultura nas escolas femininas; do mesmo, sobre projeto que provisiona com o diploma de Contador os bancários que não possuam diploma de habilitação de curso comercial; do mesmo, sobre matrícula simultânea em mais de um curso seriado; do mesmo, sobre projeto que concede auxílio financeiro ao Parque Senatorial das Municipalidades do Estado de São Paulo; do M.Agr., sobre dados recebidos de associações de classe; do M.M., sobre cargos isolados e funções gratificadas; do Tribunal de Justiça do D.F., sobre vencimentos da Magistratura (D.C. 4-12, pág. 5230).

Recebidas as informações do M.M. sobre cargos em comissão e funções gratificadas dessa Secretaria de Estado (D.C. 5-12, pág. 5294).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Muniz Falcão, sobre os motivos que levaram o M.F. a retardar o pagamento dos aposentados do D.C.T.; do deputado Armando Corrêa, solicitando ao P.E. cópia dos relatórios apresentados pela COFAP sobre prestação de contas das COAP de M. Gerais, São Paulo e R.G.S.; do mesmo, sobre o mesmo assunto, em relação aos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, R.G. do Norte, Pernambuco e Bahia; do deputado Carlos Roberto, sobre a readmissão pela direção da E.F. Leopoldina de servidores demitidos a bem do serviço público em 1947; da Comissão de Justiça, ao M.F., sobre projeto que doa ao Instituto Cônego Monte, de Santa Cruz, RN, prédio e terreno; da mesma ao M.T.I.C., sobre projeto que dispõe a respeito da situação dos servidores da CIS e CTOS; da mesma, ao M.G., sobre o projeto que dispõe a respeito da antiguidade de oficial dos tenentes que especifica; da Co-

missão de Serviço Público Civil, ao M.F., sobre projeto que dispõe a respeito de aproveitamento de coletores e escrivães federais como agentes fiscais do imposto de consumo; da mesma, ao D.A.S.P., sobre projeto que dispõe a respeito de investigações administrativas nos casos de decisões contrárias à Fazenda Nacional; da Comissão de Diplomacia, ao M.R.E., sobre projeto que dispõe a respeito do ingresso na carreira de Diplomata (D.C. 5-12, pág. 5304).

SESSÃO NOTURNA DE 4 DE DEZEMBRO

A Câmara dos Deputados realizou uma sessão noturna no dia 4 de dezembro para prosseguir na discussão do projeto de resolução que determina a remessa de cópias do Relatório e Conclusões da Comissão Parlamentar às autoridades que especifica, sobre as operações realizadas pelo Banco do Brasil com o grupo "Última Hora".

Nessa oportunidade, falaram os deputados Orlando Dantas, Aluísio Alves, Eurico Sales, Castilho Cabral, Emílio Carlos e Guilherme Machado.

Foram ainda concluídas as votações das emendas do Senado aos seguintes projetos: cria o I.N.I.C.; concede pensão especial à viúva e filhas solteiras do professor Arduíno Fontes Bolívar; dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor patricio Santos Dumont; cria cargos isolados de provimento efetivo no Q.P. do M.G.; autoriza abertura de crédito especial destinado ao combate ao câncer em todo o país; institui gratificação de representação aos presidentes dos T.R. do Trabalho; e autoriza a abertura de crédito especial para atender ao pagamento das despesas com a realização nesta Capital da Conferência Mundial de Energia.

Foi também publicada a redação final do projeto que altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do P.E. da União e dos Territórios, e dá outras providências.

No Senado Federal

REDAÇÕES FINAIS

Foi a imprimir a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições arrecadadas pelos I.C.A.P. (D.C. 3-12, pág. 1922).

Foi aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a Firma Standard Eletrica S.A. (D.C. 3-12, página 1996).

Foi aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova o termo do convênio celebrado entre a Superintendência da Comissão do Vale do S. Francisco e a Escola de Sociologia de Polícia de São Paulo (D.C. 3-12, pág. 1985).

Aprovadas as seguintes redações finais: a) que abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — crédito especial para ocorrer às despesas com a delegação da mesma Câmara à 42ª Conferência Interparlamentar a reunir-se, no corrente ano, em Washington, E.U.A., b) que dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia da Marinha e regula a situação dos mesmos no Corpo de Engenharia e Técnicos Navais e c) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Predial de Taubaté para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Taubaté — E.S. Paulo (D.C. 4-12, págs. 2009-10).

Foi a imprimir a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Caça e Pesca do D.N.P.A. do M.A. e Adolfo Xerez de Oliveira Góes (D.C. 5-12, pág. 2017).

ACÓRDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de decreto legislativo que autoriza adesão do Brasil à Convenção Internacional para marcação de ovos no mercado internacional (D.C. 5-12, pág. 2017).

ANISTIA

Foram lidos os pareceres das comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social ao projeto de lei da Câmara que concede anistia aos empregadores incursos no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 65, de 14-12-1937 (D.C. 5-12, pág. 2023).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.E.C., crédito especial como auxílio ao 2.º Congresso Sul-Americano de Angiologia (D.C. 4-12, pág. 2001).

CARGOS DE DIREÇÃO NO D.F.S.P.

Foi rejeitado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre os cargos de direção e chefia do D.F.S.P., (D.C. 4-12, pág. 2008).

CARREIRA DE DIPLOMATA

Encerrada a discussão voltando às comissões técnicas com emendas o projeto de lei da Câmara que cria cargos na carreira de diplomata do Q.P. do M.R.E. Foram lidos os pareceres das comissões de Constituição e Justiça e Serviço Público Civil. Nessa oportunidade falaram os Senadores Novais Filho e Joaquim Pires (D.C. 3-12, pág. 1994).

CONTRATOS PÚBLICOS

Chega ao Senado o projeto de decreto legislativo que aprova o termo do contrato celebrado entre o M.A. e Leontino de Souza Rolim e sua mulher (D.C. 1-12, página 1953).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de decreto legislativo que aprova a decisão do T.C. denegatória ao registro do termo aditivo do contrato entre o M.E.S. e Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (D.C. 2-12, pág. 1693).

Foi aprovado o projeto de decreto legislativo que aprova o termo de contrato celebrado entre o M.A. e John Putman Webber (D.C. 4-12, pág. 2009).

CRIAÇÃO DE CARGOS

Foi aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que cria cargos na carreira de diplomata do M.R.E. e dá outras providências. Nessa oportunidade foi lido o parecer da Comissão do Serviço Público Civil e falaram os senadores Gomes de Oliveira, João Vilasboas e Joaquim Pires (D.C. 5-12, pág. 2022).

CRIME FALIMENTAR

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que modifica o artigo 199 do Decreto-lei n.º 7.661, de 21-6-1945, que dispõe sobre a prescrição do crime falimentar (D.C. 4-12, pág. 2009).

DESPESAS COM PESSOAL

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.E.C. o crédito especial para pagamento de gratificação de Magistério a professores do mesmo Ministério (D.C. 2-12, pág. 1963).

DIPLOMACIA

Chega ao Senado mensagem do Executivo que pede a apreciação da nomeação do Sr. Ildefonso Falcão para Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia para exercer cumulativamente o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Afeganistão (D.C. 4-12, pág. 2001).

Será apreciada em sessão secreta a Mensagem do P.E. que submete à aprovação do Senado a nomeação do diplomata Sr. Adolfo Cardoso de Alencastro Guimarães para o cargo de Embaixador junto ao Governo da República da Áustria (D.C. 4-12, pág. 2008).

ESTABILIDADE

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que assegura aos membros da Diretoria do Sindicato os direitos da estabilidade no emprego durante o período de seus mandatos (D.C. 4-12, pág. 2009).

EX-COMBATENTES

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a execução de decreto que concede vantagens aos militares da FEB (D.C. 3-12, pág. 1981).

IMPÔSTO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Lidos pareceres das comissões de Constituição e Justiça e Economia e requerido prazo para ser relatado o parecer da Comissão de Transporte, Comunicações e Obras Públicas do projeto de lei da Câmara que institui o Fundo Federal de Eletrificação (D.C. 2-12, pág. 1969).

Lido parecer da Comissão de Transportes e Obras Públicas do projeto de lei da Câmara acima indicado pelo Senador Alencastro Guimarães (D.C. 3-12, pág. 1983).

Adiada a votação por requerimento do projeto de lei acima indicado. Nessa oportunidade falaram os senadores Ismar de Góes, Mozart Lago, Othon Mader, Aloísio de Carvalho, Apolônio Sales e Kerginaldo Cavalcanti (D.C. 3-12, pág. 1992).

Retirado da ordem do dia para continuação da votação o projeto de lei da Câmara acima indicado (D.C. 4-12, pág. 2005).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Lido, apoiado e enviado às comissões técnicas o projeto de lei do Senado que concede isenção de todos os impostos, inclusive de consumo e taxas aduaneiras, menos a de Previdência Social à Helvibraz — S. Suíça Brasileira de Indústria Médico Dentária S.A. (D.C. 1-12, pág. 1953).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Encerrada a primeira discussão sendo aprovados vários artigos e uma emenda do projeto de lei do Senado que dispõe sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias acrescentando novo item ao § único da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 4-12, página 2009).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que cria uma contadoria seccional junto à Estrada de Ferro Mossoró — Souza, no E. do R.G. do Norte e dá outras providências (D.C. 1-12, pág. 1947).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Adiada a votação e encerrada a discussão única do projeto de lei da Câmara que determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições arrecadadas pelo I.C.A.P. para prestação de assistência alimentar. Nessa oportunidade foi requerida audiência do M.T.I.C. bem como falaram os Senadores Atilio Vivacqua, Aloísio de Carvalho, Abelardo Jurema e Carlos Lindemberg para encaminharem a votação. (D.C. 1-12, pág. 1953).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara acima indicado. Nessa oportunidade falaram os Senadores Othon Mader, Carlos Lindemberg, Gomes de Oliveira, Aloísio de Carvalho, Hamilton Nogueira, Abelardo Jurema e Domingos Velasco para encaminharem a votação do projeto em apêço e para parte destacada do artigo primeiro. (D.C. 2-12, pág. 1966).

SAÚDE PÚBLICA

Lidos os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Saúde Pública e Relações Exteriores sobre as emendas do plenário ao projeto de decreto legislativo que aprova o acôrdo firmado entre o Governo do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana. (D.C. 3-12, pág. 1996).

Foi aprovado o projeto de decreto legislativo que aprova o acôrdo firmado entre o Governo do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana, para funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro. Nessa oportunidade falaram os Senadores Flávio Guimarães, Joaquim Pires, João Vilasboas e Kerginaldo Cavalcanti este último também para fazer declaração de voto bem como os Senadores Domingos Velasco, Melo Viana e Ezequias Rocha. (D.C. 4-12, pág. 2005).

SEGURO AGRÁRIO

Pedida a audiência da Comissão de Legislação Social sobre o projeto substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que estabelece normas para instituição do seguro agrário. (D.C. 5-12, pág. 2023).

TRIBUNAL MARÍTIMO

Foi a imprimir com parecer da comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que dispõe sobre o Tribunal Marítimo (D.C. 5-12, pág. 2018).

OUTROS PROJETOS

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a concessão da Medalha Naval "Serviço de Guerra" aos oficiais da Marinha Mercante Nacional, que, no período de 15-2 a 22-8 de 1952, tenham sofrido ato de agressão no mar (D.C. 1-12, pág. 1947).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que fixa o número de deputados para a próxima legislatura (D.C. 3-12, pág. 1995).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação de documentos e pedidos de regularização de posse de terrenos pertencentes ao domínio da União e b) que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência e Amparo aos Tuberculosos de Joinville — Estado de Santa Catarina (D.C. 5-12, pág. 2017).

DISCURSOS

Falou na sessão de 30 de novembro o senador Melo Viana sobre o falecimento do Coronel Sebastião Augusto de Lima e para ler parecer do Senador Clodomir Cardoso.

Falaram na sessão de 1 de dezembro os senadores: Valdemar Pedrosa sobre o orçamento aprovado e Abelardo Jurema a respeito do projeto que aumenta a contribuição de uma instituição social.

Falaram, na sessão de 2 de dezembro, os senadores: Ivo D'Aquino sobre o projeto sancionado pelo Sr. Presidente da República criando uma usina siderúrgica no Estado de Santa Catarina, Aloísio de Carvalho e Euclides Vieira para encaminharem requerimento de urgência que concede anistia aos empregadores, Ismar de Góes sobre o requerimento que pedia urgência para que fôsse discutido e votado o projeto que cria o Fundo Nacional de Eletrificação.

Falaram, na sessão de 3 de dezembro, os senadores: Joaquim Pires sobre o orçamento da República, Hamilton Nogueira, acerca do falecimento do professor Miguel Ozo-rio de Almeida, Mozart Lago a respeito do banquete oferecido ao Sr. Nereu Ramos e Alfredo Neves sobre o 2.º Congresso Brasileiro de História da Medicina.

Falaram, na sessão de 4 de dezembro, os senadores: Kerginaldo Cavalcanti sobre visita feita a diversas fábricas no Estado de São Paulo e para ler discurso que fez na Antártica Paulista, Mozart Lago para manifestar-se sobre o Presidente do IPASE e Abelardo Jurema sobre o projeto que reestrutura os cargos médicos.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Requerida ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas informações sobre a razão por que não foi feito o reajustamento dos vencimentos dos funcionários inativos do D.C.T.

Requeridas ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas várias faculdades entre as escolas subvencionadas pela União. Nessa oportunidade falaram os Senadores Aloísio de Carvalho, Álvaro Adolfo e Ismar de Góes.

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 7 a 11 de dezembro, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

Na Câmara dos Deputados

REDAÇÕES FINAIS

Publicadas as seguintes redações finais: equipara as tarifas alfandegárias de arame de alumínio às do ferro galvanizado; autoriza abertura de crédito especial como auxílio ao Município de Crato, Ceará, para comemoração de suas tradições cívicas; manda cancelar os lançamentos "ex-officio" do Imposto de Renda iniciados ou em fase de cobrança administrativa ou judicial com base nos exercícios fiscais até 1952, inclusive, e proíbe revisões posteriores; concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal; idem das Escolas de Engenharia e Faculdade de Arquitetura do Instituto Mackenzie, SP; efetiva nos cargos de Tesoureiro-Auxiliar os ocupantes de cargos isolados e funções gratificadas de Chefe de Serviço de Caixa, Encarregado de Caixa e Fiel de Tesoureiro do IAPI (D.C. 8-12; página 5414). Aprovadas as redações finais. Os projetos vão ao Senado (D.C. 11-12; pág. 5499).

Aprovada a redação final do projeto que retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1953. O projeto vai ao Senado (D.C. 8-12; pág. 5418).

Publicadas as seguintes redações finais: cria cargos isolados de provimento efetivo no Quadro Permanente do M.G.; institui gratificação de representação aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho; dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont; concede pensão especial à viúva e filhas solteiras do Professor Arduíno Fontes Bolívar; às viúvas dos Engenheiros e ex-Senadores José Matoso Sampaio Correia e Henrique de Novais e à órfã e neta do Marechal Floriano Peixoto; autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento das despesas com a realização, no Distrito Federal, da Conferência Mundial de Energia; concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal; e estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, vitimados por acidentes na instrução e no serviço (D.C. 8-12; pág. 1, supl.). Aprovadas as redações finais. Os cinco primeiros vão à sanção e os demais ao Senado (D.C. 11-12; pág. 5499).

Publicadas as seguintes redações finais: altera a legislação do imposto de renda; cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências; e dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos, e dá outras providências (D.C. 10-12; págs. 7-10).

ABONO DE EMERGÊNCIA

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que torna extensivo o abono de emergência aos servidores da COFAP e abre o crédito especial necessário (D.C. 11-12; pág. 3, supl.).

APOSENTADORIA DOS BANCÁRIOS

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários (D.C. 8-12; página 5393).

AUTONOMIA MUNICIPAL

Encerrada a primeira discussão do projeto que exclui o Município do Recife da classificação constante da Lei n.º 121, de 1947, para o fim de conceder-lhe autonomia (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

Com parecer às emendas da segunda discussão, foi a imprimir o projeto que dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.493, de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções (D.C. 8-12; pág. 5413). Iniciada a votação em segunda discussão (D.C. 10-12; pág. 5465). Concluída a votação (D.C. 10-12; pág. 16, supl.) Publicada a redação final. (D.C. 11-12; pág. 9, supl.).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: concede auxílio especial para as comemorações da fundação da Paróquia e do Município de Triunfo, RS; idem para ocorrer às despesas com o II Congresso de Direito Penal e Penitenciário Hispano-Luso-Americano e Filipino; idem para as obras da futura Basílica Nacional de Aparecida, SP; idem para a construção da central hidrelétrica de Quarteis, RJ; idem à Associação Brasileira de Leprologia, para se fazer representar no VI Congresso Internacional de Leprologia a realizar-se em Madrid. O primeiro projeto em virtude de emendas volta às Comissões (D.C. 8-12; páginas 3, 4, 6 e 7, supl.).

Encerrada a primeira discussão do projeto que concede auxílio financeiro para a construção do Hospital do Radialista (D.C. 10-12; pág. 10, supl.).

Idem da segunda do projeto que concede à Fundação Sorocaba auxílio financeiro para prosseguimento da construção do prédio da Faculdade de Medicina de Sorocaba (D.C. 11-12; pág. 10, supl.).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento das contribuições do Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico (D.C. 12-12; pág. 5534).

O Deputado Sílvio Echenique apresentou projeto que concede auxílio financeiro para atender às despesas decorrentes da Festa Nacional do Arroz, a realizar-se em Pelotas, RS (D.C. 12-12; pág. 5535).

CARGO DO M.G.

Encerrada a primeira discussão do projeto que transfere do Q.S. para o Q.P. do Ministério da Guerra o atual cargo isolado padrão K de Chefe das Oficinas da Imprensa Militar (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

CARGOS EM COMISSÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Lido na hora do expediente projeto do Poder Judiciário que altera os valores dos símbolos de cargos isolados e de funções gratificadas do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho (D.C. 11-12; pág. 5487).

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Concluída a votação, em segunda discussão, do projeto que cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências. Em seguida, foi aprovada a redação final do projeto, que vai ao Senado (D.C. 8-12; pág. 9-18, supl.). Devolvido pelo Senado com emendas (D.C. 11-12; página 2, supl.). Foi a imprimir com parecer às emendas do Senado (D.C. 12-12; pág. 5533).

COMÉRCIO DE VINHOS

Encerrada a primeira discussão do projeto que estabeleça a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uva nacional, desde que tenham vinhos estrangeiros (D.C. 10-12; pág. 10, supl.).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Encerrada a primeira discussão do projeto de resolução que encaminha ao Poder Executivo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar os danos causados pela geada à lavoura cafeeira do País e sugerir medidas para a sua recuperação (D.C. 8-12; página 6, supl.).

Publicado um parecer da Comissão de Justiça, sobre consulta da Comissão de Inquérito sobre jogos de azar (D.C. 11-12; pág. 5480).

Proseguiu a votação em primeira discussão do projeto de resolução que encaminha às autoridades que especifica as conclusões do inquérito sobre as operações do Banco do Brasil com o grupo "Última Hora" (D.C. 11-12; página 5500). Concluída a votação com aprovação do projeto e algumas emendas. Os deputados Heitor Beltrão e Fernando Ferrari apresentaram declarações de voto (D.C. 11-12; pág. 11, supl.).

Publicadas as linhas gerais de trabalho para a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem por fim investigar a procedência dos bens e valores de propriedade dos Diretores e Funcionários da CEXIM (D.C. 12-12; página 5519).

CONSIGNAÇÕES EM PAGAMENTO

O Deputado Paulo Lauro apresentou projeto que altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.077, de 1941, que estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento (D.C. 11-12; pág. 10, supl.).

CRIAÇÃO DE CARGOS

Lido na hora do expediente projeto do Poder Judiciário que cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região (D.C. 11-12; pág. 5486).

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Encerrada a primeira discussão do projeto que dispõe sobre depósitos bancários compulsórios para pagamentos (D.C. 11-12; pág. 10, supl.).

DESPESAS DIVERSAS

Encerrada a primeira discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas da Justiça do Trabalho nos exercícios de 1948 a 1952 (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

Lidas as emendas do Senado ao projeto que abre ao Congresso Nacional crédito especial para ocorrer às despesas com a Delegação da Câmara dos Deputados à 42ª Conferência Interparlamentar (D.C. 10-12; pág. 5446). Foi a imprimir com parecer (D.C. 10-12; pág. 4, supl.).

Foi a imprimir o projeto de resolução que autoriza a Mesa a efetuar o pagamento das despesas realizadas no mês de setembro último pelo saldo da verba de subsídio (D.C. 10-12; pág. 5, supl.).

Encerrada a primeira discussão do projeto que autoriza abertura de crédito suplementar ao Ministério da Fazenda, para reforço da verba 3 — Serviços e Encargos (D.C. 10-12; pág. 11, supl.).

Encerrada a primeira discussão do projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas decorrentes do VI Congresso Internacional do Câncer, a ser realizado em São Paulo (D.C. 11-12; pág. 10, supl.).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Judiciário que abre crédito suplementar para reforço de diversas dotações consignadas à Justiça do Trabalho (D.C. 12-12; pág. 5523).

DESPESAS DE PESSOAL

Encerrada a primeira discussão dos seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas correspondentes ao abono de emergência no Tribunal Superior do Trabalho; e idem destinado ao pagamento de gratificação de magistério devida a professores civis do Magistério Militar (D.C. 8-12; pág. 8, supl.).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Judiciário que autoriza abertura de crédito suplementar em reforço da Verba de Pessoal (D.C. 10-12; pág. 5446).

O Deputado Rui Almeida apresentou projeto que abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — crédito especial para pagamento de um mês de vencimentos aos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados, na convocação do Congresso Nacional (D.C. 10-12; página 7, supl.).

Iniciada a primeira discussão do projeto que autoriza abertura de crédito suplementar ao Ministério da Fazenda, em reforço da verba de Pessoal (D.C. 10-12; página 11, supl.).

Encerrada a primeira discussão dos seguintes projetos: autoriza abertura de crédito suplementar para atender a despesas com ajuda de custo e passagem do pessoal dos escritórios de propaganda no exterior; e idem para pagamento de tarefeiros do M.T.I.C. (D.C. 11-12; pág. 10, supl.).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito suplementar em reforço da Verba de Pessoal do Ministério da Fazenda (D.C. 12-12; pág. 5535).

DISSÍDIOS TRABALHISTAS

Com parecer da Comissão de Legislação Social, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a eficácia, no tempo, dos dissídios coletivos do trabalho (D.C. 8-12; página 5414).

DOAÇÕES

Encerrada a primeira discussão do projeto que autoriza o Poder Executivo a doar ao Serviço de Obras Sociais o prédio da rua do Lavradio n.º 48 (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Encerrada a primeira discussão do projeto que permite a prestação de exames de 2.ª época fora dos prazos estipulados pela legislação vigente aos alunos do último ano das Escolas Superiores Localizadas na Capital de São Paulo (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

ESTABILIDADE DE EXTRANUMERÁRIO

Encerrada a primeira discussão do projeto que regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União (D.C. 8-12; pág. 8, supl.).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Encerrada a segunda discussão do projeto que estende aos técnicos desportivos as regalias de licenciados em educação física na parte referente ao exercício profissional. Em virtude de emendas, volta às comissões (D.C. 8-12; pág. 6, supl.).

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS

Com parecer à emenda de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que reduz anualmente, de 20%, com base no volume exportado em 1953, as exportações de minério de manganês das jazidas do Estado de M. Gerais (D.C. 11-12; pág. 1, supl.).

FINANCIAMENTOS

O Deputado João Cabanas apresentou projeto que proíbe ao Banco do Brasil, Caixas Econômicas Federais e sociedades de economia mista ou mútuas, Institutos de Previdência Social, fazer financiamentos diretos ou indiretos, sem lei especial, a empresas de jornais, revistas e radiodifusão (D.C. 11-12; pág. 5488).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: concede isenção de impostos de importação para uma imagem de Santo Antônio destinada à Irmã Berrchmans Zuchetto; e idem para cinco imagens destinados ao Colégio Regina Coeli, nesta capital (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que concede isenção de direitos de importação para equipamento importado pela firma "A Electro Metalúrgica Abrasivos Salto Limitada" (D.C. 12-12; pág. 5521).

JUSTIÇA DO TRABALHO

Lidos na hora do expediente da sessão noturna de 10 de dezembro os seguintes projetos de iniciativa do Poder Executivo: cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas 1.^a e 2.^a Regiões da Justiça do Trabalho; e altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho (D.C. 11-12; págs. 5-9, supl.).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes em prédios de apartamentos; considera como de serviço efetivo o período em que o empregado está afastado do trabalho em virtude de prestação de serviço militar, gozo de benefícios por parte de instituição de previdência social e acidente no trabalho; e dá nova redação ao artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho (D.C. 8-12; págs. 7 e 8, supl.).

O deputado João Cabanas apresentou projeto que concede aos ferroviários destacados para trens de percurso, o pagamento de 50% durante o tempo em que se mantenham inativos aguardando ordens para reatar o trabalho (D.C. 11-12; pág. 5489).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: cria coletorias federais em diversos Municípios dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul; e idem em outros dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que cria coletoria de rendas federais em Alexandria, RN (D.C. 10-12; pág. 5444).

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Publicado o parecer sobre as emendas apresentadas ao projeto que dispõe sobre a organização sindical (D.C. 12-12; pág. 5516).

PESSOAL CIVIL

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: revigora por 90 dias o prazo estabelecido no art. 1.^o da Lei n.^o 171, de 1947, que regularizou a situação dos reformados e aposentados pelo art. 177 da Carta Constitucional de 1937; altera as carreiras de Almoxarife do Serviço Público Federal (D.C. 8-12; págs. 6 e 7, supl.).

Encerrada a primeira discussão do projeto que dispõe sobre a situação dos conselheiros das Caixas Econômicas Federais (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

O Deputado Fernando Ferrari apresentou projeto que estende aos servidores do M.A., com as alterações constantes do Decreto n.^o 28.718, de 1950, as disposições cons-

tantes do Decreto-lei n.^o 8.475, de 1945, que altera carreiras nos Q.P. e Q.S. do M.T.I.C., dispondo sobre o direito à nomeação de servidores para cargos da carreira de Inspetor do Trabalho (D.C. 10-12; pág. 5450).

PESSOAL MILITAR

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: assegura estabilidade aos sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, nos termos da Constituição; revoga o art. 4.^o da Lei n.^o 1.937, de 1953, que suprime postos do Quadro de Músicos da Polícia Militar do Distrito Federal (D.C. 8-12; pág. 7, supl.).

PLANO DE VALORIZAÇÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Encerrada a segunda discussão do projeto que dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Em virtude de emendas, volta às Comissões (D.C. 8-12; pág. 4, suplemento).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com parecer contrário da Com. Especial, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que dispõe sobre a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos IAP e CAP para prestação de assistência alimentar aos seus associados (D.C. 8-12; pág. 2, suplemento).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: concede pensão especial ao engenheiro civil Raimundo Pereira da Silva; concede dispensa do período de carência aos associados dos IAP e CAP atacados de tuberculose, para obtenção de auxílio-enfermidade; e extingue a prescrição quinquenal a que estão sujeitas as pensões, de qualquer natureza ou denominação, e dispõe sobre as facilidades que devem ser concedidas nos processos da habilitação (D.C. 8-12; págs. 6, 7 e 8, suplemento).

O deputado Campos Vergal apresentou projeto que dispõe sobre os proventos dos inativos civis da União (D.C. 11-12; pág. 5488).

O deputado Nestor Duarte apresentou projeto que concede pensão especial à filha do Ministro Alfredo Rodrigues Ferreira Chaves (D.C. 11-12; pág. 9, suplemento).

Encerrada a discussão única do projeto do Senado que autoriza a Federação Nacional dos Odontologistas a instituir caixas em benefício dos profissionais nelas inscritos (D.C. 11-12; pág. 10, suplemento).

RADIODIFUSÃO

Em votação o projeto que revoga decretos-leis relativos à radiodifusão. (D.C. 8-12; pág. 5402). Concluída a votação (D.C. 12-12; pág. 5542).

SALÁRIO MÍNIMO FAMILIAR

Encerrada a primeira discussão do projeto que institui o salário mínimo do trabalhador e sua família (D.C. 10-12; pág. 10, suplemento).

SALÁRIO-MÍNIMO DOS MÉDICOS

Com parecer contrário às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre o salário-mínimo dos médicos e dá outras providências (D.C. 19-12; pág. 5445).

SAÚDE PÚBLICA

Encerrada a discussão prévia do projeto que cria o Serviço Médico Rural em Municípios com dotação oriunda do imposto de renda (D.C. 8-12; pág. 8, suplemento).

Idem das emendas do Senado ao projeto que cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos (D.C. 11-12; pág. 10, suplemento).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: autoriza o Poder Executivo a instalar uma linha telefônica ligando Agências do Correio no Município de Caruaru, PE; e submete ao regime de controle das Forças Armadas, em caso de manobras, mobilização, guerra civil ou guerra externa os depósitos e postos de distribuição e venda de inflamáveis, combustíveis e lubrificantes (D.C. 8-12; págs. 7 e 8, supl.).

VENCIMENTOS DO PESSOAL DA P.D.F.

Publicada a redação para 2.^a discussão do projeto que altera a redação do art. 40 da Lei Orgânica do D. Federal (D.C. 12-12; pág. 5533).

OUTROS PROJETOS

O deputado Euzébio Rocha apresentou projeto que autoriza o Diretor do Serviço N. do Teatro, do M.E.C., a aplicar a receita arrecadada com os espetáculos da Companhia Dramática Nacional (D.C. 8-12; pág. 5415).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: estende aos demais sindicatos de ajudantes de despachantes aduaneiros os benefícios do dec.-lei que menciona; manda cancelar as punições disciplinares causadas pelo exercício de direitos político-eleitorais ou de liberdades fundamentais no regime democrático; autoriza abertura de crédito especial para a construção de um monumento a Agamenon Magalhães; revoga o Dec.-lei n.º 9.525, de 1946, que dispõe sobre a aplicação em Letras do Tesouro Nacional de parte do valor das vendas de cambiais de exportação; suspende a exigibilidade de contratos de compra e venda de algodão; declara de utilidade pública a Sociedade Teosófica Brasileira, com sede em S. Lourenço, MG; e proíbe a reeleição para a terceira legislatura e regulariza a situação dos que exercem mandato eletivo, que eleitos por um partido dêle se desligaram (D.C. págs. 6, 7 e 8, suplemento).

O deputado Campos Vergal apresentou projeto que considera de utilidade pública o Centro Espírita Rodrigo Lobato, de S. José do Rio Preto, SP (D.C. 10-12; página 5450).

Iniciada a votação do projeto que provê sobre a utilização de títulos eleitorais preenchidos (D.C. 10-12; página 17, suplemento). Prosseguiu a votação (D.C. 11-12; pág. 5499). Publicada a redação para 2.^a discussão (D.C. 12-12; pág. 5533).

Os deputados Arruda Câmara, Barros Carvalho e Bilac Pinto apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos: considera feriado nacional o dia 27 de janeiro de 1954, data do Tricentenário da Restauração Pernambucana, contra o domínio holandês no Nordeste brasileiro; altera o item X do art. 942 do Código de Processo Civil; e regula a liberdade de manifestação do pensamento por meio da radiodifusão e da televisão (D.C. 11-12; páginas 5487-89).

Com parecer à emenda do Senado, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento das primeiras despesas relativas à remodelação e adaptação do Panteon existente sob o Monumento do Duque de Caxias (D.C. 11-12; pág. 1, suplemento).

DISCURSOS

Na sessão diurna de 7 de dezembro, falaram os seguintes deputados: Muniz Falcão, para justificar requerimento de sua autoria solicitando informações sobre a administração do I.A.P.I.; Dioclécio Duarte, sobre a Semana da Marinha; Abelardo Mata, para um apelo aos Poderes Públicos no sentido de socorrerem a população de Itaguaí, vítima de uma inundação; Benjamin Farah, para reclamar providência a favor dos moradores dos bairros de S. Carlos e S. Cláudio; Adahil Barreto, para um apelo ao D.A.S.P. e ao M.F., no sentido de que sejam excluídas

do Orçamento as taxas cobradas nas Faculdades de Direito do seu Estado; Magalhães Melo, sobre a atual situação da aviação comercial brasileira; Breno da Silveira, para analisar a administração do Ministro da Marinha, na oportunidade da Semana da Marinha; Chagas Rodrigues, sobre a construção do açude de Cocal, Piauí; Gustavo Capanema, Arruda Câmara, Ernani Sátiro, Alberto Deodato, Lauro Cruz e Coelho de Souza, na discussão de requerimento que solicitava não fosse marcada ordem do dia nem expediente para o dia 8 de dezembro; Campos Vergal, na discussão de projeto que modifica a legislação de concessão de auxílios e subvenções; Armando Falcão, Arruda Câmara, Campos Vergal, Bilac Pinto e Gustavo Capanema na discussão de projeto que revoga legislação referente à radiodifusão; Dilermando Cruz, sobre a política de previdência social dos Institutos; Campos Vergal, sobre curso médio e curso de 2.º ciclo no currículo ginasial; Abelardo Mata, sobre o inquérito policial em que está envolvido o deputado Tenório Cavalcanti; Celso Peçanha, sobre tramitação de dois projetos; e Tenório Cavalcanti, para ler o discurso que havia redigido para expor os acontecimentos de Caxias.

Na sessão noturna do mesmo dia, falaram: Herbert Levy, para analisar a redação para 2.^a discussão do projeto que cria a Carteira de Comércio Exterior; o mesmo e Nelson Carneiro, Gustavo Capanema, Brochado da Rocha, Ranieri Mazzilli, Lôbo Carneiro, Afonso Arinos, Tristão da Cunha e Rondon Pacheco, na discussão e votação do mesmo projeto.

Ocuparam a tribuna, na sessão de 9 de dezembro, os seguintes oradores: Dioclécio Duarte, sobre a construção do monumento a Cristóvão Colombo, em cidade Trujillo; Muniz Falcão, sobre a prorrogação de mandato do Governador Lucas Nogueira Garcez; Artur Santos, sobre as atividades do SESI; Dantas Júnior, sobre pagamento de pensões a ex-combatentes; Carvalho Sobrinho, sobre irregularidade no pagamento dos servidores públicos de São Paulo; Breno da Silveira, sobre o abastecimento de leite à capital da República; Sá Cavalcanti, sobre o Dia da Justiça; Benjamin Farah, para reclamar o andamento do projeto que suspende as consignações em folha; Germano Dockhorn, sobre convênio firmado para terminação de obras do aeroporto em Sta. Rosa, RS; Fernando Ferrari, sobre promoções no D.C.T.; Lima Figueiredo, sobre publicação americana considerada pelo orador ofensiva à memória de Santos Dumont; Medeiros Neto, para um apelo em prol do andamento do projeto que dispõe sobre a situação dos oficiais do registro civil; Nelson Omegna, sobre a política açucareira do I.A.A.; Frota Moreira, para responder ao discurso do Deputado Joel Presídio; Heitor Beltrão, para falar sobre o projeto de autonomia do D. Federal; Israel Pinheiro, para apresentar o relatório da situação econômica e financeira do país; Tarso Dutra, Campos Vergal e Aluísio Alves, na discussão e votação do projeto que modifica a legislação relativa à concessão de auxílios e subvenções; o último ainda, para falar sobre a situação do Nordeste; Lacerda Werneck, sobre o escoamento e garantia de preços mínimos para a safra de cereais do norte do Paraná; Medeiros Neto, para um apelo a favor da rápida aprovação do projeto de aproveitamento econômico do vale do São Francisco; e Menotti Del Picchia, sobre o próximo Congresso Nacional dos Jornalistas, a realizar-se no próximo ano em São Paulo.

Na sessão noturna, falaram: Nelson Carneiro, sobre a prorrogação do mandato do Governador Lucas Garcez; Arruda Câmara e Tarso Dutra, na discussão do projeto que altera a legislação referente à concessão de auxílios e subvenções; Rui Santos e Ernani Sátiro, no encaminhamento da votação do projeto que provê sobre a utilização de títulos eleitorais preenchidos.

Falaram, na sessão de 10 de dezembro, os seguintes: Carvalho Sobrinho, sobre emendas ao orçamento apresentadas pelo Deputado Cunha Bueno; Dioclécio Duarte, para endossar o protesto anterior do Deputado Lima Figueiredo, sobre a prioridade dos Irmãos Wright; Jorge Lacerda, sobre os concursos para as repetições públicas e as questões apresentadas; Germano Dockhorn, sobre o pagamento de abono familiar por parte do M.T.I.C.; Fernando Fer-

rari, sobre projetos em tramitação no Senado; Lôbo Carneiro, sobre a comemoração da Declaração Universal dos Direitos do Homem e outros assuntos correlatos; Celso Peçanha, sobre designação de comissão especial; Medeiros Neto, sobre as futuras atividades do SAMDU em seu Estado; Dolor de Andrade, sobre pedido de informações; Maurício Joppert, para comunicar a alta do Deputado Lopo Coelho; Vieira Lins, sobre o desligamento do Deputado Joel Presídio do P.T.B.; Arnaldo Cerdeira, para ler carta do Sr. Ademar de Barros; Herbert Levy, sobre a presidência do Banco do Brasil; Rui Santos, encaminhando votação de requerimento de convocação de sessão matutina; Ernani Sátiro na discussão do projeto sobre utilização de títulos eleitorais; José Bonifácio, Nestor Duarte, Castilho Cabral, Guilherme Machado, Brochado da Rocha e Gustavo Capanema, nos debates sobre o inquérito de "Última Hora".

Na sessão noturna ocuparam a tribuna: Maurício Joppert, sobre o honroso comportamento dos funcionários do Banco do Brasil; Brochado da Rocha, Castilho Cabral, José Bonifácio, Afonso Arinos, Armando Falcão, Gustavo Capanema, Emilio Carlos, Rui Santos na discussão do projeto de resolução que encaminha às autoridades que especifica as conclusões do inquérito sobre as operações do Banco do Brasil com o grupo "Última Hora".

Na sessão de 11 de dezembro, falaram os seguintes oradores: Dioclécio Duarte, Abelardo Mata e Wanderley Júnior, na hora do expediente, dedicada à Marinha Brasileira; Bilac Pinto, Afonso Arinos, Alberto Deodato, Tenório Cavalcanti, Armando Falcão, Gustavo Capanema, João Cabanas, Eurico Sales, Brochado da Rocha, na votação do projeto que revoga dispositivos da legislação relativa à radiodifusão; Fernando Ferrari, em questão regimental; Mário Altino, para defender o titular da Fazenda, no caso das críticas formuladas pelo Deputado Bilac Pinto; Ostoj Roguski, para uma comunicação; e Carmelo D'Agostino, em assuntos de política bandeirante.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Muniz Falcão, sobre atividades do IAPI; e do Deputado Rondon Pacheco, sobre os esclarecimentos prestados pelo M.F. ao pedido de informações constante de requerimento, relativo a operações de arroz, feijão e outros cereais, realizadas pela Comissão de Financiamento da Produção (D.C. 8-12; pág. 3, supl.).

Deferidos os seguintes requerimentos da Comissão de Constituição e Justiça: de audiência do Conselho da Ordem dos Advogados, para o projeto que confere a esta entidade as prerrogativas e os deveres e direito de representação sindical em primeiro e segundo graus; ao Ministério da Fazenda, para o projeto que dispõe sobre o amparo à lavoura e à pecuária; e do Ministério da Educação e Cultura, para o projeto que regula o funcionamento dos estabelecimentos de diversões públicas e clubes esportivos em geral (D.C. 10-12; pág. 5450).

Recebidas as seguintes informações: da COFAP, sobre distribuição de gêneros alimentícios; do Ministério da Educação, sobre obras da Cidade Universitária; do mesmo, sobre projeto que autoriza abertura de crédito para atender às despesas com a realização do II Congresso Interamericano de Reumatologia; do Ministério da Fazenda, sobre criação de coletorias em São Paulo e Minas; do mesmo, sobre projeto que cria coletoria federal em Afuá, PA; e do Ministério da Marinha, sobre uso de carros oficiais (D.C. 11-12; pág. 5486).

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

A Câmara realizou duas sessões, sendo uma na sexta-feira à noite e outra no sábado à tarde. Na primeira, a Câmara aprovou emenda do Senado ao projeto que dispõe sobre a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos IAP e CAP, para prestação de assistência alimentar aos seus associados.

No Senado Federal

REDAÇÕES FINAIS

Foi a imprimir a redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o imposto único sobre a energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo e dá outras providências (D.C. 11-12; pág. 2089).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: a) da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que modifica o art. 199 do Decreto-lei 7661, de 21-6-1945 que dispõe sobre prescrição de crime falimentar, b) que aprova o acordo firmado entre o Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana, para funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro e c) que aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e John Putman Webber (D.C. 11-12; pág. 2098).

ABONO DE EMERGÊNCIA

Foi a imprimir o projeto de lei da Câmara que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 8-12-52, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios (D.C. 12-12; página 2113).

ABONO DE NATAL

Lido, apoiado e enviado às Comissões Técnicas o projeto de lei do Senado que institui o ano de 13 meses em consagração ao dia de Natal e prêmio ao trabalho (D.C. 10-12; pág. 2070).

ANISTIA

Em discussão única o projeto de lei da Câmara que concede anistia aos empregadores incursos nas penalidades do art. 5.º do Decreto-lei n.º 65, de 14-11-37, que dispõe sobre o recolhimento das contribuições devidas por empregadores e empregados aos institutos e caixas de aposentadoria e pensões. Nessa oportunidade falaram os senadores Ismar de Goes, João Vilasboas, Mozart Lago, Euclides Vieira e Kerginaldo Cavalcanti (D.C. 10-12; página 2071).

Em continuação a votação com emendas, do projeto de lei acima indicado. Nessa oportunidade discursou o senador Aluísio de Carvalho (D.C. 10-12; pág. 2081).

Vai à Comissão de Redação tendo aprovado alguns artigos de emendas o projeto de lei da Câmara acima indicado. Nessa oportunidade falaram os Senadores Atilio Vivacqua, Abelardo Jurema, Othon Mader, Ismar de Goes, Aluísio de Carvalho, Joaquim Pires e Kerginaldo Cavalcanti (D.C. 12-12; pág. 2115).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede auxílio às prefeituras de Santo André, Jaú, Teófilo Otoni e Leopoldina e dá outras providências (D.C. 8-12; pág. 2032).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na categoria de estabelecimento subvencionado pelo Governo Federal (D.C. 9-12; pág. 2048).

Chega ao Senado o projeto da Câmara que concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do R. Janeiro, na categoria de estabelecimento subvencionado pelo Governo Federal (D.C. 9-12; pág. 2049).

Foram a imprimir com parecer das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que inclui as Faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia, de Juiz de Fora, Minas Gerais, na categoria de estabelecimento subvencionado pelo Governo Federal, e b) que concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas, de Juiz de Fora, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. (D.C. 10-12; pág. 2077).

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do P.E., da União e dos Territórios e dá outras providências (D.C. 8-12; pág. 2033).

Requerida urgência para o projeto de lei acima indicado (D.C. 10-12; pág. 2070).

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências (D.C. 9-12; 2052).

Foi a imprimir com parecer das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara acima indicado (D.C. 10-12; pág. 2078).

Requerida a urgência para o projeto de lei acima mencionado, falando nessa oportunidade o Senador Mozart Lago (D.C. 10-12; pág. 2080).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara acima indicado. Nessa oportunidade foi lido o parecer do Sr. Plínio Pompeu pela Comissão de Economia e do Sr. Apolônio Sales pela Comissão de Finanças. Para encaminhar a votação falaram os Senadores: Apolônio Sales, Ismar de Goes, Othon Mader, Aloísio de Carvalho, Mozart Lago, Plínio Pompeu e Kerginaldo Cavalcanti (D.C. 11-12; página 2091).

CONTRATOS PÚBLICOS

Chega ao Senado o projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro de contrato celebrado entre o M.Aer. e Cláudio de Sá e Silva (D.C. 10-12; pág. 2070).

DESPESAS DIVERSAS

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.F., crédito suplementar em reforço da Verba 3, do Anexo 19, da vigente Lei do Orçamento (D.C. 8-12; pág. 2032).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio (D.C. 10-12; pág. 2068).

EMPRÉSTIMOS

Foi aprovado o projeto de resolução relativo ao contrato de financiamento a ser firmado entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Export-Import-Bank dos Estados Unidos da América do Norte. Nessa oportunidade foi lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e falaram os Senadores Euclides Vieira e Joaquim Pires (D.C. 11-12; pág. 2104).

FINANÇAS

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que retifica a Lei n.º 1.757, de 10-12-52, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1953 (D.C. 10-12; pág. 2068).

FUNDO DE ELETRIFICAÇÃO

Em votação o projeto de lei da Câmara que institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo e dá outras providências. Nessa oportunidade, falaram os Senadores Atilio Vivacqua, Alencastro Guimarães, Plínio Pompeu e Apolônio Sales (D.C. 8-12; pág. 2041).

Prosseguimento da votação do projeto de lei acima indicado. Nessa oportunidade falaram os Senadores Aluísio de Carvalho, Apolônio Sales, Atilio Vivacqua, Othon Mader, Mozart Lago, Ismar de Goes, Alencastro Guimarães, Ivo D'Aquino e Roberto Glacer (D.C. 8-12; pág. 4, supl.).

Concluída a votação, em discussão única, do projeto de lei da Câmara acima indicado. Nessa oportunidade falaram os Senadores: Ismar de Goes, Aluísio de Carvalho, Alencastro Guimarães, Atilio Vivacqua, Mozart Lago, Hamilton Nogueira, Alvaro Adolfo, Kerginaldo Cavalcanti, e Gomes de Oliveira. (D.C. 9-12; pág. 2055).

Lida e aprovada a redação final das emendas do Senado ao projeto de lei acima indicado (D.C. 11-12; página 2099).

IMPÔSTO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, D.F. e Municípios (D.C. 8-12; pág. 2032).

ISENÇÕES

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenções de direitos de importação a aparelhagem completa destinada a montagem de uma fábrica para pulverização de leite, a ser importada pela C.C.P.L. (D.C. 10-12; pág. 2668).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Foi a imprimir para segunda discussão o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre os serviços dos trabalhadores na movimentação de mercadoria (D.C. 11-12; página 2098).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que cria Coletorias Federais e dá outras providências (D.C. 8-12; pág. 2030).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria-Geral da Fazenda Pública, do M.F.; consolida suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe (D.C. 9-12; página 2049).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que cria Coletorias Federais nos Municípios de Cordeiro, Estado do R. Janeiro, e Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana, Estado do Paraná e dá outras providências (D.C. 12-12; pág. 2113).

PATRULHA COSTEIRA

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que institui a Patrulha Costeira e dá outras providências (D.C. 8-12; pág. 2033).

PESSOAL MILITAR

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que determina a matrícula dos oficiais do Q.A.O., dos subtenentes e dos sargentos do Exército, diplomados em medicina, farmácia e odontologia, no curso de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército (D.C. 9-12; pág. 2053).

PREVIDÊNCIA

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre recursos financeiros para os serviços de alimentação da previdência social e serviço de assistência médica domiciliar de urgência (D.C. 10-12; pág. 2068).

PROJETO 1.082

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que altera os atuais cargos e funções do serviço público federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências (D.C. 8-12; pág. 2033).

Requerida urgência para o projeto acima indicado. Sendo esta aprovada e para encaminhar a votação falaram os Senadores: Ismar de Goes, Aluísio de Carvalho, Hamilton Nogueira, Apolônio Sales, Prisco dos Santos (D.C. 8-12; pág. 2032).

REGIMENTO INTERNO

Foi a imprimir com parecer da Comissão Diretora o projeto de Resolução que altera o Regimento Interno do Senado (D.C. 8-12; pág. 2034).

SALÁRIO ADICIONAL

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviço em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade (D.C. 8-12; pág. 2034).

SAÚDE PÚBLICA

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o P.E. a abrir, pelo M.S., o crédito especial destinado a realização de estudos e medidas de combate a leishmaniose visceral (calazar) (D.C. 9-12; pág. 2048).

SEGURO AGRÁRIO

Lidos os pareceres, em discussão única, do substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que estabelece normas para instituição do Seguro Agrário (D.C. 10-12; pág. 2084).

Retirado da Ordem do Dia por-quarenta e oito horas o projeto de lei do Senado que estabelece normas para instituição do Seguro Agrário. Nessa oportunidade falou o Senador Aloísio de Carvalho e ficando encerrada a discussão. (D.C. 11-12; págs. 2101-03).

TRANSPORTE, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza os concessionários e as administrações de portos, a cobrarem juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestados (D.C. 10-9; pág. 2067).

TRIBUNAL MARÍTIMO

Aprovadas várias emendas em discussão única e encerrada a mesma do projeto de lei do Senado, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo. O projeto depende do parecer da Comissão de Finanças (D.C. 10-12; pág. 2083).

VENCIMENTO DO PESSOAL DO S.P.F.

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 264, de 25-2-48, que fixa os vencimentos de funcionários da Secretaria do Superior Tribunal e abre, ao P.J. — Justiça Militar — crédito suplementar em reforço a dotação do Anexo n.º 26, do orçamento geral da União (D.C. 9-12; pág. 2049).

VITIVINICULTURA

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a fabricação e comércio de vinhos, de seus

derivados e bebidas em geral, e dá outras providências (D.C. 9-12; pág. 2052).

OUTROS PROJETOS

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede novo prazo para concessão da medalha da guerra (D.C. 10-12; pág. 2060).

Lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto de lei do Senado que manda aplicar aos corretores, Câmaras Sindicais, Juntas, Bôlsa de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o país a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal e dá outras providências. Nessa oportunidade foi lido pelo Senador Euclides Vieira o parecer da Comissão de Economia e pelo Senador Álvaro Adolfo o parecer da Comissão de Finanças (D.C. 11-12; pág. 2099).

Em primeira discussão o projeto de lei do Senado que reconhece e facilita o funcionamento dos escritórios eleitorais. Nessa oportunidade falaram os Senadores: Ismar de Goes, Aluísio de Carvalho, Mozart Lago, Hamilton Nogueira e Dario Cardoso. (D.C. 11-12; pág. 2105).

Adiada a primeira discussão do projeto de lei do Senado que reconhece e facilita o funcionamento dos Escritórios Eleitorais (D.C. 12-12; pág. 2116).

DISCURSOS

Falaram, na sessão de 7 de dezembro, os seguintes Senadores: Kerginaldo Cavalcanti sobre excursão feita ao Município de Campos no Estado do Rio de Janeiro; Onofre Gomes para ler Ordem do Dia do Sr. Ministro da Guerra; Djair Brindeiro para ler discurso que proferiu na Sede da Federação e do Centro das Indústrias no Est. de São Paulo e Mozart Lago a respeito de aparelhagem para uma estação de televisão da Pref. do D.F.

Falaram, na sessão de 8 de dezembro, os seguintes Senadores: Alencastro Guimarães, sobre o problema do açúcar no Brasil e Hamilton Nogueira sobre a criação da carreira de Ministros para Assuntos Econômicos.

Falaram, na sessão de 9 de dezembro, os seguintes Senadores: Othon Mader sobre ata no tocante ao projeto de lei que cria o Fundo Nacional de Eletrificação e Ivo D'Aquino sobre projeto de lei que autoriza abertura pelo Ministério da Guerra de crédito especial para atender ao pagamento da remuneração dos serviços transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Company.

Falaram, na sessão de 10 de dezembro, os seguintes Senadores: Mozart Lago sobre as "bodas de ouro" do Dr. Júlio Barbosa; Kerginaldo Cavalcanti para encaminhar a votação do projeto de lei que cria a Carteira de Comércio Exterior; Ismar de Goes para fazer declaração de voto a respeito do mesmo projeto; Ivo D'Aquino para ler cabograma da cidade de Henrique Lage situada em Santa Catarina sobre os problemas de estivadores daquele Porto e Mozart Lago em torno do projeto 1082.

Falaram, na sessão de 11 de dezembro, os seguintes senadores: Atílio Vivacqua, para encaminhar a votação do projeto que regula a situação dos diplomas expedidos pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, do Centro Técnico de Aeronáutica; Mozart Lago e Ismar de Goes sobre o Regimento Interno.

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

O Senado realizou duas sessões sexta-feira à noite e sábado à tarde para prosseguir na discussão do projeto 1.082. O requerimento que solicitava a audiência do D.A.S.P. para montante da despesa com o projeto foi rejeitado. A discussão foi encerrada, voltando a proposição às Comissões Técnicas para o exame de 120 emendas apresentadas.